NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A

CNPJ 42.736.102/0001-10

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao concluirmos mais um ano de operações, é evidente o progresso que alcançamos em nossa jornada dedicada à excelência na prestação de serviços de navegação aérea. Desde a constituição da NAV Brasil em 2021, trabalhamos incansavelmente para assegurar, de forma ininterrupta, Serviços de Navegação Aérea de qualidade, com eficiência e segurança, priorizando iniciativas que nos permitam maximizar nosso desempenho e agregar valor à sociedade. O Conselho de Administração tem se dedicado profundamente à orientação e ao acompanhamento dos negócios, em estreita cooperação com a Diretoria Executiva e demais órgãos de governança. Essa sinergia tem garantido que nossos esforços estejam alinhados com a missão institucional e com os objetivos de longo prazo estabelecidos. Todas as decisões estratégicas foram fundamentadas em um planejamento consistente e tomadas com grande senso de compromisso e responsabilidade. Avaliamos cuidadosamente os riscos e buscamos as melhores oportunidades para o negócio, visando sempre o crescimento sustentável e a excelência operacional. Em 2023, além de aprimorarmos nossa capacidade operacional, registramos avanços consideráveis na melhoria de nossa estrutura organizacional, tanto administrativa quanto operacional, com uma distribuição mais eficiente de responsabilidades e recursos e do aprimoramento dos processos, em uma abordagem mais abrangente de conformidade e controles internos. Esses esforços não apenas fortaleceram nossa operação, mas também refletiram positivamente em nosso desempenho econômico, com resultados financeiros sólidos e sustentáveis. O equilíbrio entre a eficiência operacional e a responsabilidade financeira tem sido uma prioridade constante, assegurando assim a nossa capacidade de continuar entregando serviços de qualidade enquanto geramos valor para nosso acionista e para a comunidade em geral. Destacamos nossa especial atenção à utilização de recursos, os quais, embora reconhecidamente próprios, devido à sua origem pública, impõem uma gestão ainda mais prudente, ética e transparente. Com apenas alguns anos de atividade, o empenho para estabelecer uma cultura de transparência foi reconhecido pelo órgão de controle externo, evidenciando nossa adesão às melhores práticas de governança e prestação de contas. É fundamental reconhecer que os notáveis feitos são resultados direto do trabalho árduo e do comprometimento de nossa equipe. O empenho e a dedicação de cada colaborador foram essenciais para superarmos os desafios e alcançarmos nossos objetivos, reforçando nosso posicionamento no setor. Reconhecemos, também, que há um longo caminho a percorrer para consolidar completamente a Empresa e atingir níveis mais elevados de governança corporativa e gestão empresarial. Essa jornada é naturalmente desafiadora, especialmente considerando o breve período de operação e os desafios tipicamente enfrentados por uma empresa pública. Em uma perspectiva de futuro, identificamos como um dos principais desafios a promoção de inovação e modernização para o setor, adaptando-se às demandas em constante evolução. À medida que encerramos esse ciclo, percebemos a resiliência da NAV Brasil e seu preparo para as mudanças de cenário. Estamos confiantes em nossa posição de liderança para impulsionar inovações e realizar investimentos na implementação dos mais avançados sistemas de controle do espaço aéreo. HIRAN WILLIAMS DE ALMEIDA - Presidente do Conselho de Administração.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA NAV BRASIL. É com imensa satisfação e orgulho que apresentamos o terceiro Relatório Anual da Administração de nossa ainda jovem empresa, constituída em 30 de junho de 2021, com a desafiante missão de absorver a responsabilidade por prover serviços públicos essenciais em plena operação, mas sob o estímulo de promissoras oportunidades de contribuir para o desenvolvimento da navegação aérea no País. O ano de 2023 foi especialmente marcado pelo dedicado empenho da empresa no cumprimento de sua missão institucional, preservando a excelência dos serviços prestados. Superamos a marca da responsabilidade por 37% dos pousos e decolagens realizados em todo o país, atendendo a mais de 1 milhão de movimentos de tráfego aéreo. É importante ressaltar que tal desempenho se fez respaldado por um respeitável índice de 98,66% de conformidade da Segurança Operacional, de acordo com as avaliações da Assessoria de Segurança Operacional e Controle do Espaço Aéreo - ASOCEA, que segue padrões internacionais estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional - ICAO. Como parte de nossos contínuos esforços para expandir e aprimorar a nossa capacidade operacional, investimos na modernização de equipamentos e sistemas, bem como no fortalecimento de nossa equipe técnica, assegurando sua competência e confiança para desempenhar suas atribuições de forma segura e eficaz. Com pouco mais de dois anos de atividades e ainda em um franco processo de estruturação de nossa Administração Central, também já é possível perceber um precoce amadurecimento da organização. Nossas equipes não apenas desenvolveram uma ampla gama de trabalhos, mas os conduziram de forma mais eficiente e integrada, resultando em significativas melhorias nos mais diversos processos. Isso evidencia nosso compromisso inabalável com a excelência operacional, mesmo diante do ainda presente desequilíbrio entre os recursos humanos disponíveis e os desafios impostos pela dupla missão de estruturar a companhia e prover o apoio àqueles que efetivamente prestam os Serviços de Navegação Aérea aos usuários do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB. Com efeito, a partir de uma minuciosa revisão de nossa estrutura organizacional, aliada à adequação da distribuição de atividades, a uma alocação mais eficiente de recursos, e ao aprimoramento de bases normativas e processos, alcançamos uma operação mais fluida e produtiva. No campo econômico, mesmo diante de um cenário desafiador, mantivemos o foco na busca pela sustentabilidade da NAV Brasil. Implementamos medidas estratégicas para a redução de custos, negociamos contratos de forma assertiva e promovemos melhorias contínuas na produtividade. Tudo com o objetivo primordial de assegurar resultados positivos. Esse empenho se refletiu na manutenção da capacidade de geração de caixa operacional e na contabilização de um lucro líquido sólido. Assim, é com grande orgulho que apresentaremos, a seguir, novo lucro líquido no exercício, com o pagamento de dividendos ao Estado, preservando o alcance do Objetivo Estratégico de manter a condição de "Empresa Pública Não-Dependente" (de recursos do Tesouro Nacional). Para nos mantermos resilientes às mudanças, foi essencial adotar abordagens inovadoras e pensar de maneiras diversas. Reconhecemos plenamente a importância da diversidade de ideias e pessoas em nossa equipe, considerando-a um elemento estratégico fundamental para o contínuo êxito da nossa organização. Sob esse prisma, uma conquista de destaque no ano certamente está associada às ações de valorização da força de trabalho, materializadas por meio de um longo e imprescindível processo de negociação trabalhista, além da aprovação do primeiro Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PPLR, ao mesmo passo em que lançávamos os alicerces para o desenvolvimento de outros projetos igualmente relevantes, que viabilizarão melhorias no bem-estar e qualidade de vida no trabalho, tais como o Plano de Cargos e Salários (PCS), a Política de Incentivos e Benefícios, o Programa de Remuneração de Instrutoria e Avaliação Operacional, além da ampliação do Programa Especial de Adequação de Efetivo e, mesmo, a contratação de pessoal por tempo determinado, para reforçar o time e incrementar a capacidade de produção e o ritmo de desenvolvimento das ações planejadas. Cada obstáculo superado tem sido uma oportunidade para aprendizado e crescimento, o que faz desta a melhor ocasião para reconhecermos o grandioso esforço do efetivo da Empresa e para cumprimentar a todos pelo significativo sucesso alcançado. Parabéns aos profissionais que atuam nas 44 Dependências da NAV Brasil em todo o território nacional e àqueles que compõem nossa Administração Central, no Rio de Janeiro. Parabéns, também, aos membros do nosso Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal, cujo intenso trabalho tanto contribui para a segurança de nossas atividades administrativas, e parabéns, por fim, ao nosso voluntarioso Conselho de Administração, que, com denodo e evidenciada proatividade, vem conseguindo, gradativa, mas consistentemente, alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos, visando ao cumprimento da missão. Parabéns à NAV Brasil! JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO - Presidente da NAV Brasil.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO: 1.1. A EMPRESA. A NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A teve sua criação autorizada pela Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, e efetivada através do Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020. Posteriormente, em 30 de junho de 2021, uma Assembleia Geral de Constituição aprovou, dentre outros assuntos, o Capital Social, o Estatuto Social e a constituição da empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sendo vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, e dedicada à provisão de Serviços de Navegação Aérea, desenvolvendo atividades complementares à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, e, por conseguinte, de interesse estratégico para a segurança nacional. A NAV Brasil tem por objeto social implementar, administrar, operar e explorar, industrial e comercialmente, a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de Serviços de Navegação Aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica – Autoridade Aeronáutica, conforme estabelecem a Constituição Federal, Art. 21, XII, "c"; a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, em seus Art. 2º e 25, §1º; a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, em seu Art. 18, Parágrafo Único, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, em seu Art. 8º, §6º.

1.2. ESTRUTURA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA

A NAV Brasil, além da Assembleia Geral, é constituída pelos seguintes órgãos estatutários: I. Conselho de Administração; II. Diretoria Executiva; III. Conselho Fiscal; IV. Comitê de Auditoria; e V. Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

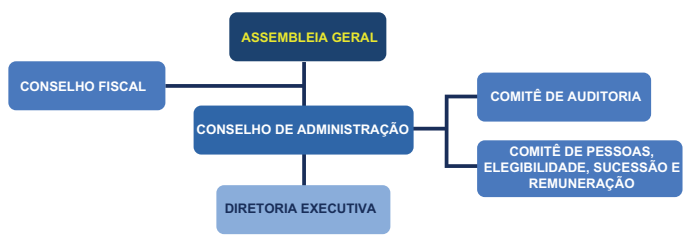

Figura 1 - Órgãos Estatutários

A Empresa é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e por seu Estatuto Social. Ao Conselho de Administração, "compete fixar a orientação geral dos negócios da NAV Brasil" sendo composto por 8 membros, sendo 01 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; 01 (um) indicado pelo Ministro de Estado de Portos e Aeroportos; 02 (dois) indicados pelo Comandante da Aeronáutica; o Presidente da NAV Brasil; 02 (dois) independentes, indicados pelo Comandante da Aeronáutica; e 01 (um) um representante dos empregados da NAV Brasil, nos termos da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da NAV Brasil, em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composta pelo Presidente da Empresa e 2 (dois) Diretores Executivos: o Diretor de Serviços e o Diretor de Administração.

2. NEGÓCIOS SOCIAIS

Com vistas ao desenvolvimento do transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade, a NAV Brasil atua na prestação de Serviços de Navegação Aérea aos usuários do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), dentre os quais, destacam-se: • Serviços de Meteorologia Aeronáutica (MET), providos por meio de: • 43 Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) – responsáveis por elaborar e divulgar observações meteorológicas de superfície nos aeródromos onde estão localizadas; • 4 Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) – responsáveis por elaborar e divulgar observações meteorológicas de camadas superiores da atmosfera; • 1 Centro Meteorológico de Aeródromo Classe 1 (CMA-1) – responsável por elaborar e difundir previsões meteorológicas dos aeródromos sob a sua responsabilidade. • Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas (COM) – abrangem toda a infraestrutura de telecomunicações relacionada ao controle do espaço aéreo e opera por complexos sistemas e equipamentos (rádios, redes de computadores, satélites, linhas de fibra óptica etc.); • Serviço de Informações Aeronáuticas (AIS), prestados por: • 1 Centro de Informações Aeronáuticas (C-AIS) – com a finalidade de prestar os serviços de recebimento, análise, processamento e encaminhamento das intenções de voo e suas atualizações, bem como fornecimento de informação aeronáutica de forma integrada ao Serviço de Gerenciamento de Plano de Voo, cuja jurisdição compreende a localidade onde esteja instalado e outras áreas contendo todos os seus aeródromos e Salas AIS; • 3 Salas AIS de Aeródromo Automatizadas – com a finalidade de prestar serviço de informação prévia e posterior de voo, receber, analisar, processar e encaminhar intenções de voo, bem como os informes referentes ao serviço de tráfego aéreo; e • 35 Salas AIS na modalidade de Autoatendimento – com a finalidade de prover os meios necessários para que o aeronavegante possa planejar e apresentar suas intenções de voo, por meio do sistema AISWEB, sem a necessidade de emprego de operadores AIS. • Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), providos através de: • 20 Torres de Controle (TWR) - responsáveis por proporcionar o serviço de controle de tráfego aéreo nos aeródromos onde estão localizadas; • 22 Estações Rádio (AFIS) - responsáveis por proporcionar avisos e informações úteis para a realização segura e eficiente do vôo; e • 13 Órgãos de Controle de Aproximação (APP) - responsáveis por prestar o serviço de controle de tráfego aéreo a voos controlados, nas áreas sob suas jurisdições. Com o compromisso de atender ao interesse coletivo e aos imperativos da segurança nacional, a NAV Brasil presta Serviços de Navegação Aérea em 44 aeródromos brasileiros, por meio de filiais denominadas "Dependências da NAV Brasil" (DNB) e de um Centros de Meteorologia Aeronáutica, responsáveis por realizar a previsão meteorológica para 114 (cento e catorze) aeródromos brasileiros; efetua o trâmite de informações aeronáuticas em redundância ao serviço provido pelo Comando da Aeronáutica; e opera 25 Estações da NAV Brasil - ENB que apoiam a navegação em rota, constituídas por equipamentos DME.

3. CENÁRIO ECONÔMICO

Considerando que a principal fonte de receita da NAV Brasil advém de Tarifas de Navegação Aérea, o monitoramento do volume da circulação aérea torna-se o principal indicador de tendência do cenário econômico para a Empresa. Desta forma, busca-se nos levantamentos das agências reguladoras e das entidades internacionais voltadas ao transporte aéreo o comparativo com anos anteriores e nas previsões para 2024 a sinalização das tendências do mercado de aviação brasileiro. Conforme o Relatório Comparativo de Tráfego Aéreo - 100 Aeródromos, do DECEA, existe uma projeção de aumento no movimento aéreo total de 4,1% no ano de 2024, em comparação com o ano anterior. Tal crescimento, ainda que consistente, indica perda de vigor na curva de crescimento, que, em 2023, registrou aumento de 5,9% em relação a 2022. Já as expectativas da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA - *International Air Transport Association*), entidade que congrega cerca de 320 empresas aéreas, responsáveis por 83% do tráfego aéreo mundial, registradas no *Global Outlook for Air Transport - Highly Resilient, Less Robust* (Perspectivas Globais para o Transporte Aéreo - Altamente Resiliente, Menos Robusto), apontam o aumento pela procura de viagens aéreas a uma taxa média anual de 3,4% em todo o mundo, sendo 2,9% a expansão esperada na América Latina. Nesse mesmo documento, a entidade espera que ao final de 2024 os níveis de procura por passagens atinjam os patamares de 2019, ano que antecedeu a pandemia de COVID-19. Sobre os parâmetros pré-COVID, o panorama apresentado pelos Dados do Transporte Aéreo, da ANAC registra queda na demanda por vôos em 2023, em comparação a 2019, de 5,4% em relação ao mercado doméstico; e queda de 1,7%, em relação ao internacional, sugerindo que a Aviação brasileira continua a trilhar o caminho da recuperação. Apesar desse quadro, a Agência mostrou entusiasmo com as cifras de 2023, ao registrar aumento de 3,7% no número de passageiros em relação a dezembro de 2022, dentre outros avanços. De qualquer forma, tanto os reguladores da Aviação Civil e do Espaço Aéreo como as empresas de aviação apostam em crescimento do setor aéreo para 2024, o que acabará contribuindo para melhora na expectativa de arrecadação de Tarifas de Navegação Aérea em favor da NAV Brasil, neste ano de 2024.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A NAV Brasil vem, a cada ano, aprimorando seu processo de planejamento estratégico sendo isso essencial para garantir que a empresa esteja preparada para enfrentar seus desafios.

Para formalizar esse processo, a empresa elaborou o documento de Planejamento Estratégico - 2024 a 2028 e o Plano de Negócios 2028, aprovado pelo Conselho de Administração, que consolidam seus resultados.

4.1. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

As diretrizes estratégicas da NAV Brasil foram revalidadas e difundidas por toda sua estrutura organizacional, permitindo um alinhamento entre todos os empregados. **Negócio**: Serviços de Navegação Aérea. **Missão**: Prover Serviços de Navegação Aérea de qualidade, com eficiência e segurança, visando ao desenvolvimento transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade. **Visão**: Ser reconhecida por prover Serviços de Navegação Aérea de qualidade, como eficiência e segurança. **Valores:** • Ética; • Integridade; • Segurança; • Espírito Público; • Respeito; • Sustentabilidade; • Eficiência; • Transparência.

4.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A NAV Brasil estabeleceu três objetivos estratégicos de longo prazo para orientar suas ações e direcionar seus esforços na busca de sua missão e visão, que representam os resultados que a empresa deseja alcançar para atingir sucesso em sua estratégia global: 1 - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; 2 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO DA EMPRESA; e 3 - INCREMENTO DA CAPACIDADE OPERACIONAL. O processo de planejamento estratégico previu o desdobramento dos Objetivos Estratégicos em Ações Estratégicas que por sua vez também foram desdobradas em Iniciativas e Atividades de forma a assegurar que todas as ações necessárias para seu alcance pudessem estar identificadas e com o acompanhamento devido.

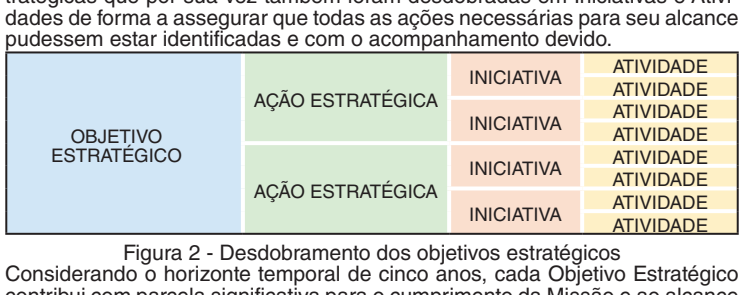

Figura 2 - Desdobramento dos objetivos estratégicos

Considerando o horizonte temporal de cinco anos, cada Objetivo Estratégico contribui com parcela significativa para o cumprimento da Missão e ao alcance da Visão da Empresa e são assim descritos:

1. Adequação da Estrutura Organizacional. O objetivo decorre da natural necessidade de aperfeiçoamento da estrutura organizacional inicialmente adotada para a constituição da empresa, visando dotá-la de condições para responder às demandas e desafios de sua consolidação. Especial atenção é dedicada ao dimensionamento do quantitativo de empregados das áreas administrativa e operacional, considerando a possibilidade de absorção de novos órgãos do COMAER e o emprego de terceirização de atividades meio. **2. Equilíbrio Econômico da Empresa.** Manter a NAV Brasil na condição de "Empresa Pública Não-Dependente" (de recursos do Tesouro Nacional) permanece como premissa fundamental para sua Gestão Econômico-Financeira. Dessa forma, planejar, controlar e monitorar o desempenho da execução orçamentária, com especial atenção sobre os custos dos serviços prestados constituem pontos de atenção da alta administração, exigindo que a gestão seja dotada com pessoal e sistemas capazes de acompanhar e identificar eventuais desvios ou riscos à sustentabilidade econômico-financeira da Companhia. **3. Incremento da Capacidade Operacional.** A capacidade operacional da Empresa está diretamente associada aos padrões de segurança e eficiência dos serviços prestados. Portanto, seu incremento decorrerá de ações voltadas à modernização das infraestruturas existentes, à atualização dos equipamentos e sistemas pari passu com a evolução tecnológica do setor, e ao aprimoramento da competência técnico/operacional de seus profissionais. Figura 3 - Objetivos Estratégicos.

4.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS

Para cada objetivo estratégico (OE), delineou-se um conjunto de Ações Estratégicas (AE). **OBJETIVO ESTRATÉGICO - AÇÃO ESTRATÉGICA.** 1. Adequação da Estrutura Organizacional. 1.1. Consolidar a estrutura administrativa da empresa Busca a implementação de ajustes à estrutura organizacional, com base na gestão por processos e na utilização de ferramentas de TI, com foco no estabelecimento de um corpo funcional, administrativo e técnico, tanto de carreira como temporário, com as competências necessárias para um eficiente desempenho das atividades. 1.2. Aprimorar a estrutura da área operacional da empresa. Como parte do processo de consolidação da estrutura organizacional da Empresa, faz-se fundamental, a obtenção de autonomia em relação ao suporte à operação, área em que foi inicialmente apoiada, com base na lei, pela empresa cindida, uma vez que esta área de atividade não foi objeto do processo de cisão para a constituição da NAV Brasil. Para tanto, será preciso estabelecer uma estrutura própria de Manutenção e Suprimento Técnico, e para a qualificação e o treinamento do Corpo Técnico. Acrescente-se que, pela sensibilidade e relevância dos sistemas de TI para a prestação de serviço de navegação aérea, justifica-se realizar, também, investimentos em Segurança da Informação. Por fim, diante da contínua evolução do setor, a Empresa precisa manter metodologia de reavaliação cíclica da estrutura organizacional, bem como estar preparada para receber novos órgãos que possam vir a ser repassados pelo COMAER/DECEA. 1.3. Aumentar o nível de satisfação dos empregados. A satisfação do corpo funcional da empresa se reflete na qualidade e na eficiência das atividades que desenvolve e, consequentemente, dos serviços que provê à sociedade. Com o intuito de estimular o contínuo incremento do nível de satisfação, além de aprimoramentos ao sistema de gestão de pessoas, há que se desenvolver um PCCR próprio, implementar uma política de incentivos e, naturalmente, criar ferramentas que permitam avaliar, continuamente, o grau de satisfação e para prover uma eficiente interação com o empregado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO. AÇÃO ESTRATÉGICA. 2. Equilíbrio Econômico da Empresa. 2.1. Otimizar custos. Tendo em vista sua relação direta com os resultados da empresa, faz-se necessário implantar um sistema de controle e monitoramento de custos que propicie a implementação de medidas de gestão visando otimizá-los. 2.2. Incrementar a receita. Considerando os recursos da NAV Brasil previstos no art. 10 da Lei nº 13.903/2019, são, basicamente, duas as formas possíveis de incremento da receita da empresa: o estabelecimento de contratos para a prestação de serviços em sua área de atuação; e a atribuição de novos serviços de navegação aérea pelo DECEA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO AÇÃO ESTRATÉGICA. 3. Adequação da Estrutura Organizacional. 3.1 Modernizar a infraestrutura. Em desacordo com a intensa velocidade da evolução da tecnologia empregada na prestação de serviços de navegação aérea, de uma forma geral, a infraestrutura transferida para a Empresa quando de sua constituição se encontrava significativamente defasada tecnologicamente, exigindo investimentos na sua modernização, com a implantação de novos equipamentos e sistemas, assim como a recuperação das instalações, além da implantação de uma infraestrutura de TIC operacional. 3.2. Aumentar a disponibilidade dos equipamentos. Na busca pela melhor relação "custo x benefício" para prover uma disponibilidade adequada aos equipamentos empregados pela Empresa na prestação dos serviços de navegação aérea, decidiu-se pela existência de uma reduzida equipe própria, um estoque de suprimento adequado e suficiente e pela contratação de serviço de suporte logístico. Assim, para o incremento da disponibilidade, são necessárias a adoção de um sistema de gestão de estoque, uma adequada gestão do contrato de suporte logístico, e uma permanente capacitação do corpo técnico. 3.3. Aumentar a eficiência operacional. Prioridade número 1 em todas as ações relacionadas com a prestação de Serviços de Navegação Aérea, a segurança operacional exige a implementação de ações voltadas para a capacitação e treinamento de profissionais especializados, a promoção de uma consciência de segurança, e, naturalmente, uma contínua supervisão quanto ao atendimento às normas estabelecidas. 3.4. Aumentar a segurança operacional. Prioridade número 1 em todas as ações relacionadas com a prestação de Serviços de Navegação Aérea, a segurança operacional exige a implementação de ações voltadas para a capacitação e treinamento de profissionais especializados, a promoção de uma consciência de segurança, e, naturalmente, uma contínua supervisão quanto ao atendimento às normas estabelecidas. 3.5. Aumentar a segurança "AVSEC". No que concerne aos prestadores de Serviços de Navegação Aérea, as ações voltadas ao incremento da segurança na atividade aeronáutica *(security),* denominada internacionalmente "AVSEC", estão associadas à promoção de uma consciência para a segurança e ao atendimento às normas específicas nas DNBs. 3.6. Aumentar a qualidade no serviço de informações meteorológicas. Como para os demais Serviços de Navegação Aérea, é preciso buscar a contínua elevação do padrão de qualidade no serviço de informações meteorológicas, o que exige contínua supervisão dos indicadores e dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade. Figura 4 - Ações Estratégicas.

4.4. CADEIA DE VALOR

Analisando o conjunto de atividades que a NAV Brasil realiza para gerar valor a seus clientes, foi gerada a Cadeia de Valor da Empresa. Esta representação gráfica de seus Macroprocessos, permite a categorização dos processos em dois eixos o Finalístico e o de Gestão e Suporte.

Figura 5 - Macroprocesso Finalísticos

Figura 6 - Macroprocessos de Gestão e Suporte

5. PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS. 5.1. DIRETORIA DE SERVIÇOS. Após a constituição da NAV Brasil, foram promovidas diversas ações direcionadas ao incremento da qualidade na prestação dos Serviços de Navegação Aérea aos usuários do SISCEAB, especialmente, na melhoria da infraestrutura, na ampliação dos serviços prestados, no redimensionamento organizacional, na segurança operacional e na capacitação do efetivo técnico, com vistas ao estabelecimento de uma Empresa Pública sustentável, eficiente e segura para o País. No que se refere à ampliação dos serviços prestados está em andamento o processo de absorção, pela NAV Brasil, da gestão da Torre de Controle (TWR) e da Estação Meteorológica de Superfície (EMS) do Aeroporto de Aeroporto de Aracaju, com previsão de conclusão ainda no primeiro semestre de 2024. Na esfera do redimensionamento organizacional, como parte do Plano de Ações para a otimização dos serviços prestados pela NAV Brasil, foi realizada a desativação da Dependência da NAV Brasil em SBPR (Carlos Prates), a reclassificação da Estação Meteorológica de Superfície (EMS) do Aeroporto de Campos dos Goytacazes (SBCP), de Classe II para Classe III, e está em andamento o processo de redimensionamento dos serviços ATS prestados no Aeroporto de Joinville (SBJV), que passará a prestar o Serviço de Informação de Vôo de Aeródromo (AFIS) a partir de março de 2024, em substituição ao Serviço de Controle de Aeródromo (TWR) atualmente provido. Ainda no âmbito do redimensionamento organizacional, encontra-se em execução o Programa de Redistribuição do Efetivo destinado aos empregados do cargo de Profissional de Meteorologia (PMET), que resultará no aproveitamento, em outras Dependências, dos profissionais lotados nas DNB cuja EMS foi reclassificada pelo Órgão Regulador. Em igual relevância, a fim de otimizar os regimes de trabalho dos empregados operacionais, foram celebrados, a partir de propostas dos próprios empregados, os Acordos Coletivos de Trabalho Específicos de Escalas (ACTEE) da NAV Brasil, o que permitiu a adoção de escalas flexíveis em 62 órgãos operacionais. No que tange ao fomento à Segurança Operacional, em 2023, 14 Dependências da NAV Brasil distribuídas pelo território nacional foram inspecionadas pela Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (ASOCEA), sendo 07 dessas inspeções, nas DNB em SBHT, SBGR, SBME, SBGL, SBTF, SBVT e SBNF, concluídas com 100% de conformidade com as normas do órgão regulador da atividade, o DECEA, alcançando um índice geral NAV Brasil de 98,67%. O resultado está acima da meta estabelecida no Programa de Vigilância da Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea (Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 63-22/2023), que é de 97,8%, e demonstra o comprometimento da Empresa com os objetivos e metas do Estado Brasileiro. No âmbito da capacitação operacional, a Diretoria de Serviços incrementou a realização dos treinamentos presenciais que, somados às demais modalidades semipresenciais e EAD, preencheram 515 (quinhentos e quinze) vagas, em 2023. Na atividade de Controle de Tráfego Aéreo, foram capacitados 14 (quatorze) profissionais com o Curso de Supervisor de Órgão ATC – ATM011S, 58 (cinquenta e oito) empregados com a Capacitação para Instrução Prática – CTP006, 04 (quatro) Gestores de Órgão ATC com o Curso de Indicadores de Desempenho ATM – ATM047 e 06 (seis) profissionais com o curso de Chefe de Equipe de Órgão ATC - ATM 046. Além disso, foi implementado o Programa de Atividades de Emprego do Laboratório de Simulação (PAELS) com a participação de 69 (sessenta e nove) Controladores de Tráfego Aéreo dos Controles de Aproximação (APP) de Macaé e Londrina e da Torre de Controle (TWR) do Aeroporto Santos Dumont (SBRJ).

Nas áreas de Meteorologia Aeronáutica e Informações Aeronáuticas, foram promovidos treinamentos para 10 (dez) Profissionais de Meteorologia, nos Cursos de Interpretação de Imagens MET – MET011, 13 (treze) Profissionais de Navegação Aérea OEA no Treinamento de Vigilância Meteorológica - METO01ARC, além da capacitação de 9 (nove) Profissionais de Navegação Aérea AIS no Curso de Supervisor de Órgão AIS (AIS001).

Na Segurança Operacional, foram certificados 305 empregados em cursos Básico de Gerenciamento da Segurança Operacional (CBGSO), Gerenciamento do Risco à Segurança Operacional no SISCEAB (ASE009), Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional nas Organizações e Entidades provedoras do ANS (ASE010), Gestão da prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CGPAA), Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Controle do Espaço Aéreo (CPAA-CEA), Prevenção à Incursão em Pista (PIP), Pesquisa de Fator Operacional (PFO), Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e Gestão da Qualidade no SISCEAB (SGI001).

Na área de Tecnologia da Informação, foi realizada a contratação de 1700 licenças do Microsoft Office para suportar o backoffice administrativo e operacional, a contratação de links de longa distância principal e redundante com a plataforma de conectividade e segurança baseada em SD-WAN, a migração do ambiente de BPO RH para nuvem contratada, a contratação de ambiente Multicloud para instalação de serviços e servidores, a contratação de suporte técnico de TIC para todas as DNB e Administração Central, a contratação de empresa para sustentação softwares proprietários que foram migrados da Infraero, a contratação de empresa para sustentação do ambiente ERP Smartstream, além de absorvidos, também, os contratos segregados no processo de cisão da Infraero e criação da NAV Brasil.

5.2. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Com relação à reestruturação das áreas voltadas para o suporte administrativo da empresa, foi concluído o planejamento da contratação de empresa prestadora de serviços contínuos de BPO (Business Process Outsourcing), para as atividades de retaguarda administrativa (back office), incluindo o uso de sistema integrado do tipo ERP (Enterprise Resource Planning), na modalidade SaaS (Software as a Service), para atendimento às demandas da Administração Central da NAV Brasil e suas dependências, tendo sido o processo licitatório correspondente publicado.

Na área de infraestrutura administrativa e patrimônio, foi finalizado o projeto de adequação das instalações da Administração Central, racionalizando a utilização do espaço físico existente, com ampliação do número de estações de trabalho em 53%, o que possibilitará a acomodação dos empregados a serem contratados por prazo determinado, cujo processo encontra-se em andamento. Outrossim, como parte do planejamento de recuperação das instalações prediais recebidas da Infraero, foram contratados serviços de engenharia para recuperação da infraestrutura das áreas administrativas e operacionais das Dependências da NAV Brasil em Santos Dumont (DNRJ), Jacarepaguá (DNJR), Guarulhos (DNGR) e Goiânia (DNGO), de modo a proporcionar melhores condições de trabalho nessas localidades e restabelecer as condições

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B470-E41B-089A-C258.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

do patrimônio imóvel que se encontra sob a responsabilidade desta empresa. No que se refere às atividades concernentes a compras e contratos, foram publicados 53 pregões eletrônicos, 4 credenciamentos e 1 licitação presencial (BPO), além da emissão de 1557 ordens de compra para o atendimento das demandas imediatas da infraestrutura operacional e administrativa da empresa. Além disso, no que se refere aos instrumentos contratuais ativos no exercício, foram gerenciados 130 contratos, 12 credenciamentos, 33 termos de cessão de uso referentes às EACEA transferidas pelo DECEA, 31 termos aditivos, 63 apostilamentos e 27 termos de adesão.

6. RECURSOS HUMANOS

No período considerado, o quadro de pessoal da estatal foi composto por empregados transferidos por sucessão trabalhista, decorrente da cisão parcial da Infraero, empregados contratados para ocupar Cargos em Comissão de livre provimento e exoneração e empregados contratados por tempo determinado, totalizando 1.610 empregados ativos na NAV Brasil, sendo 1.121 homens e 489 mulheres. Durante os meses de junho e outubro de 2023, a estatal publicou editais para realização de processos seletivos simplificados, com amparo legal no § 1º, inciso I, do art. 14 da Lei 13.903/2019, e art. 443, § 2°, alínea "a" da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que resultaram na contratação de profissionais das carreiras de engenheiro civil (02 vagas), técnico em edificações (02 vagas), contador (01 vaga) e administrador (01 vagas) para atuar em projetos prioritários para a consolidação estruturação da empresa. Dando prosseguimento a composição da sua estrutura de suporte administrativo, foi realizado o processo licitatório que resultou na contratação do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe para realização do processo de seleção de 69 profissionais, que ocuparão cargos de nível médio, médio-técnico e superior, por tempo determinado, que auxiliarão na prestação dos serviços fundamentais para continuidade das atividades da estatal. Outro passo importante para o estabelecimento de uma política de gestão de pessoas, foi a contratação da consultoria Perfix para, em conjunto com Grupo de Trabalho designado, desenvolver o Plano de Cargos e Salários (PCS) adequado às necessidades específicas da NAV Brasil.

6.1. PERFIL DOS EMPREGADOS

O efetivo da Empresa foi distribuído em 44 dependências e a Administração Central da NAV Brasil, conforme detalhado nos gráficos que seguem:

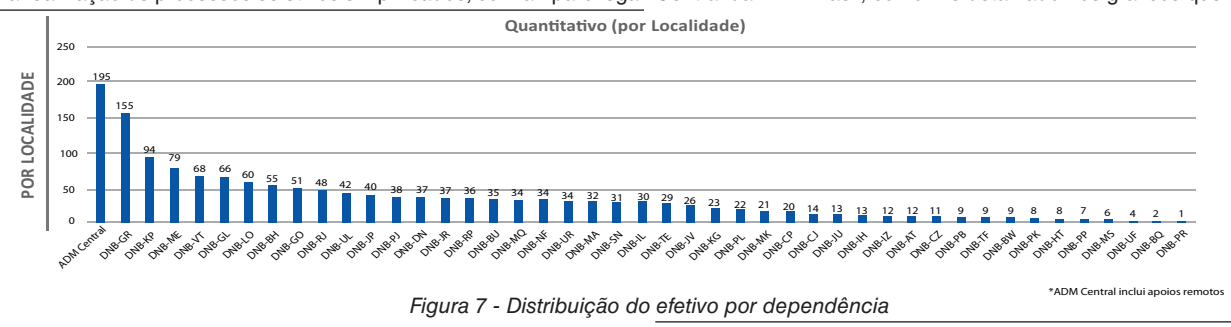

Figura 7 - Distribuição do efetivo por dependência

A distribuição dos empregados, por faixa etária, está representada nos gráficos a seguir, que demonstra que a maior parte do efetivo está compreendido na faixa de 46 a 55 anos de idade.

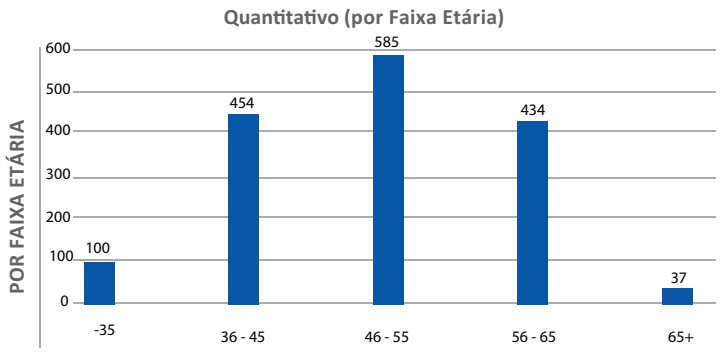

Figura 8 - Distribuição do efetivo por faixa etária

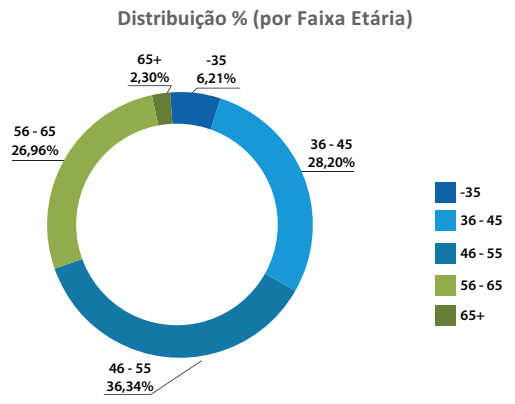

Figura 9 - Distribuição do efetivo por faixa etária

No que se refere ao tempo de permanência na empresa, observa-se a distribuição maior no intervalo de 11 a 15 anos de vínculo empregatício.

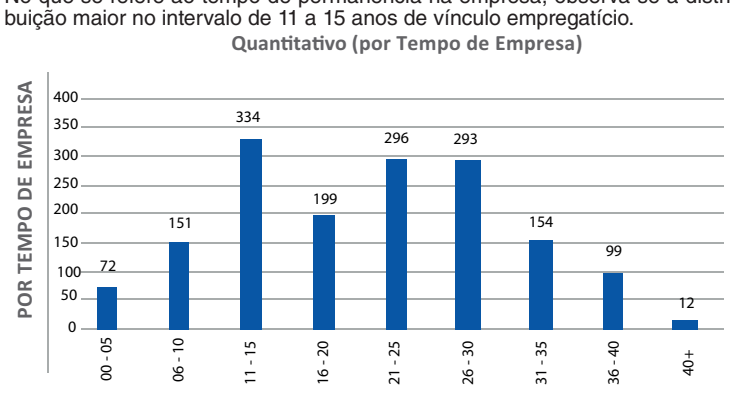

Figura 10 - Distribuição do efetivo por tempo de empresa

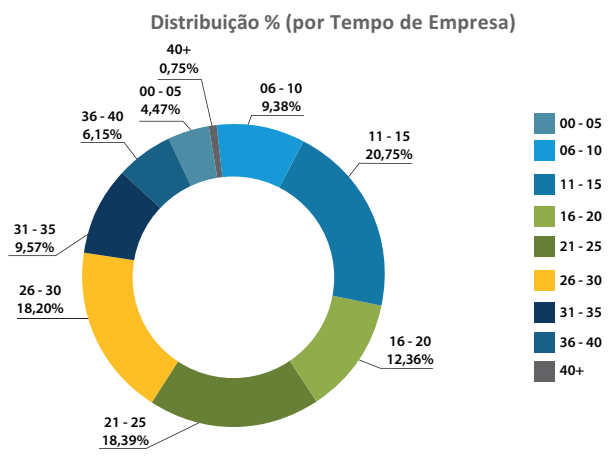

Figura 11 - Distribuição do efetivo por percentual de tempo de empresa

6.2. PROGRAMA DE ESTÁGIO

O Programa de Estágio da NAV Brasil tem como objetivo preparar os estagiários para o mercado de trabalho e conta com a parceria do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Por meio de complementação de ensino e aprendizagens propiciadas por vivências práticas, aperfeiçoamento técnico e de relacionamento humano, busca-se aprimorar o desenvolvimento pessoal e profissional desses estudantes, sempre com acompanhamento técnico de um supervisor. Em 2023, passaram pelo programa 30 estagiários de nível superior.

6.3. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A educação corporativa da NAV Brasil tem como objetivo desenvolver, com ações internas e externas, competências dos empregados que contribuam com o seu crescimento e com os resultados gerados para a organização. Dentre os projetos, realizados, destacaram-se as seguintes ações:

Programa de Atividades de Ensino e Atualização Técnica do DECEA - PAET	Curso CTP006 - Capacitação para Instrução Prática
	Curso SGI001 - Gestão da Qualidade do SISCEAB
	Curso MET011 - Interpretação de Imagens Meteorológicas
Programa de Atividades e Emprego do Laboratório de Simulação - PAELS	APP Londrina
	TWR Santos Dumont
	APP Macaé
Treinamentos corporativos	Curso de Código de Ética, Conduta e Integridade - CECI
	Curso de Prevenção de Incursão em Pista - PIP
	Curso de Pesquisa de Fator Operacional - PFO
Eventos externos	Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Controle do Espaço Aéreo (CPAA-CEA)
	Curso de Sistema de Gestão da Qualidade NBR ISSO 9001:2015 (SGQ)
	Curso Básico de Gerenciamento da Segurança Operacional (CBGSO)

Figura 12 – Principais projetos realizados.

6.4. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A NAV Brasil propicia aos seus empregados benefícios de pós-emprego (Previdência Complementar), por intermédio do Instituto Infraero de Seguridade Social "INFRAPREV". Desde julho de 2021, a NAV Brasil tornou-se patrocinadora aderente do Plano de aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do INFRAPREV, que está aberto à entrada de novos participantes. Em 2023, a entidade contou com 1.232 participantes ativos. Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições das patrocinadoras, participantes, assistidos e autofinanciados, bem como dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos. A NAV Brasil é responsável pela supervisão e fiscalização das atividades da INFRAPREV (sua única Entidade Fechada de Previdência Complementar — EFPC), conforme previsão contida na Lei Complementar nº 108/2001 e na Resolução CGPAR/ME nº 38/2022. Nesse sentido, em 2023, a estatal elaborou o Relatório Anual de Gestão do Patrocínio, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022. Este relatório foi feito de acordo com as práticas da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR. Adicionalmente, como parte das atividades de fiscalização foi elaborado o Relatório da Avaliação de Economicidade de Manutenção do Patrocínio do INFRAPREV para o ano de 2023, em atendimento a Resolução CGPAR/ME nº 37/2022.

6.5. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Dentre os desafios imprescindíveis para a área de gestão de pessoas, após longo processo de negociações, foi aprovado em 20/10/2023, mediante assembleia extraordinária dos empregados, a proposta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o período de 2023 a 2025. A celebração do ACT configurou uma importante etapa para consolidação da Política de Gestão de Pessoas da NAV Brasil, estabelecendo os alicerces para o desenvolvimento de projetos estratégicos para melhoria da condições socioeconômicas dos seus empregados, constituindo Comissões Paritárias, entre a NAV Brasil e o SNTPV (sindicato representante da categoria) para tratar do Auxílio de Assistência à Saúde, do Programa de Assistência Odontológica e do Plano de Cargos e Salários dos empregados da NAV Brasil.

7. GOVERNANÇA

A NAV Brasil, desde a sua recente criação, vem atuando na formação e aprimoramento de sua governança corporativa, visando ao alinhamento com as melhores práticas observadas no mercado. Nessa perspectiva, a estrutura de governança da Companhia é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A Alta Administração está fortemente comprometida com a construção de um ambiente ético, atuando de forma íntegra e transparente, considerando os significativos avanços das atividades desenvolvidas pelas instâncias internas de apoio. Pautada, portanto, nos princípios da liderança, integridade, responsabilidade, compromisso, transparência e *accountability*, a estrutura de governança da NAV Brasil acompanha o seguinte modelo:

Figura 12 - Estrutura de governança da NAV Brasil

8. SUSTENTABILIDADE E RISCOS

A NAV Brasil adota o "Modelo das Três Linhas", desenvolvido pelo Instituto de Auditores Internos dos Estados Unidos (IIA), como uma estratégia integrada e coordenada para fortalecer a estrutura de governança de controles internos e gestão de riscos nos processos decisórios em todas as instâncias da empresa.

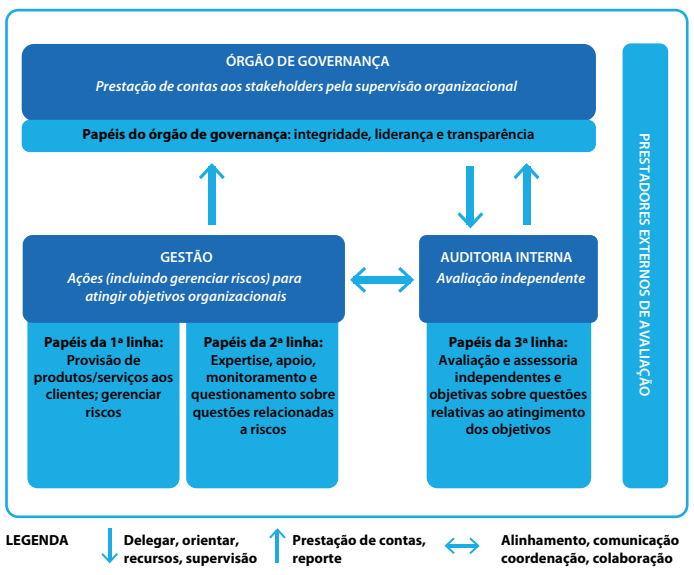

Figura 13 - Modelo das Três Linhas do Instituto de Auditores (2020), adaptado pela NAV Brasil

Neste cenário, foram implementadas a Política de Conformidade, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos (PCRC), a qual estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas nos processos de gerenciamento de riscos, e o Manual de Procedimentos de Processos (MPP), aprovado em 2023, que descreve a metodologia utilizada na gestão de riscos em todos os processos organizacionais. Nesse sentido, ao longo do ano, em continuidade ao trabalho iniciado em 2022, foram conduzidas avaliações das principais incertezas que poderiam afetar a realização dos objetivos estratégicos. Essas avaliações foram realizadas com os gestores responsáveis pelos riscos, os quais tiveram a oportunidade de revisar como o controle foi desenhado (*design*) e a sua respectiva operacionalização, permitindo uma avaliação abrangente dos controles existentes desde sua concepção até sua implementação prática. Além disso, como parte do processo de gestão de riscos, elaborou-se um plano de ação para mitigar os riscos identificados como potenciais obstáculos ao alcance dos objetivos institucionais, por meio de medidas corretivas, compensatórias e preventivas. Com fim de fortalecer os processos e a gestão de riscos, bem como melhorar a capacidade da empresa de gerar valor, no próximo exercício, está prevista a realização da revisão da cadeia de valor e a elaboração do portifólio de processos. Essa análise minuciosa abordará diversos aspectos, incluindo a identificação dos processos existentes na empresa, a construção da matriz de responsabilidades para cada processo, o reconhecimento de possíveis pontos de ruptura ou falhas nos procedimentos, bem como a identificação dos riscos associados a cada processo. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais completa dos desafios enfrentados pela empresa e facilitará a implementação de medidas proativas para mitigar os riscos e aproveitar as oportunidades identificadas, contribuindo assim para impulsionar seu crescimento sustentável.

8.1. SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Muito além de um comando legal, a responsabilidade socioambiental está intrinsicamente alinhada à estratégia da NAV Brasil, que, como empresa pública federal, tem a função social de prover Serviços de Navegação Aérea, em atendimento ao interesse coletivo, devendo ser empregadas práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atua. Nesse aspecto, diversos são os empreendimentos da Empresa, a exemplo da atuação no Programa SIRIUS; a produção de Informações Aeronáuticas em formato digital; a utilização de iniciativas de tecnologia sustentável, também no plano administrativo da empresa; a implementação do Código de Ética, Conduta e Integridade, com diversos compromissos socioambientais; e a integração com a comunidade local.

8.2. PROGRAMA SIRIUS

A NAV Brasil, como parte integrante do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), atua no escopo da navegação aérea do Programa SIRIUS, conduzido pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) com o objetivo de proporcionar modernizações ao Sistema e diversos benefícios à sociedade, dentre os quais a sustentabilidade ambiental, como a redução nas emissões de gases nocivos na atmosfera e de ruído para as populações localizadas no entorno dos aeródromos, alcançados por meio do emprego de soluções de alta tecnologia, da implantação de procedimentos operacionais inovadores e da ênfase na contínua elevação da performance dos recursos humanos.

8.3. INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS EM FORMATO DIGITAL

A atenção com o meio ambiente também se faz presente na produção de Informações Aeronáuticas pela NAV Brasil, que, substituindo os produtos em papel, hoje são disponibilizadas em formato digital aos usuários do SISCEAB.

8.4. TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL

No plano administrativo, a NAV Brasil também utiliza inovações que priorizam o equilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e as preocupações com o meio ambiente, tais como o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED/SIGADOC), as aplicações corporativas e o provedor de plataformas de serviços em nuvem.

8.5. CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE

No ano de 2023, consoante a premissa de constante avaliação de conformidade e controles da empresa, foi conduzida uma ampla revisão do Código de Ética, Conduta e Integridade (CECI), promovendo atualizações de definições e observando leis, decretos, portarias e orientações mais recentes emanadas da Controladoria Geral da União (CGU) e demais órgãos reguladores. Ademais, foram empreendidas diversas iniciativas voltadas à disseminação do conteúdo do CECI pelo Comitê de Integridade da Empresa. Estas iniciativas, que permearam todo o ano de 2023, incluíram a produção e divulgação de cartilhas mensais sobre temas pertinentes ao documento, bem como a concepção e disponibilização de um treinamento anual do Código para toda a força de trabalho. Este treinamento, já contemplando as atualizações mencionadas, visou promover uma maior adesão e disseminação do conhecimento entre os empregados. Cabe ressaltar que, no período, todos os membros do Comitê de Integridade participaram de capacitações promovidas pela Controladoria Geral da União sobre corrupção, reforçando assim o compromisso da empresa com a prevenção e combate a práticas antiéticas.

8.6. INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL

O ano de 2023 registrou quase quarenta ações de integração pelas Dependências da NAV Brasil (DNB), abrangendo estudantes do ensino fundamental, universitários, pilotos e alunos de escolas de aviação, dentre outros. Essas atividades proporcionaram a oportunidade aos participantes de conhecerem de perto o ambiente operacional e suas peculiaridades.

9. INVESTIMENTOS

No que concerne à melhoria da infraestrutura, iniciaram-se em 2023 os serviços de adequação das instalações das DNB de Guarulhos, Goiânia, Santos Dumont e Jacarepaguá, com o objetivo de adequar e manter os ambientes operacionais e administrativos dessas Dependências em perfeito funcionamento. No tema relacionado à modernização de equipamentos de uso operacional, foi celebrado o contrato para fornecimento de sistemas de rádio VHF para 6 localidades (Vitória, Ribeirão Preto, Teresina, Santarém Jacarepaguá e Goiânia), além de Sistemas Digitais de Gravação e Reprodução para 4 localidades (Ribeirão Preto, Palmas, Teresina e Macapá), tendo ocorrido em 2023 a produção de parcelas dos Projetos Executivos, dos Testes em Fábrica, remessa de equipamentos, dentre outras ações, devendo a implantação findar no primeiro semestre de 2024. Nesse contexto de substituição de equipamentos, foi concluído em 2023, com a elaboração dos respectivos Projetos Básicos, o planejamento para a aquisição e instalação de Estações Meteorológicas de Superfície em 7 localidades (Campinas, Macapá, Goiânia, Jacarepaguá, Uberaba, Macaé, e Cruzeiro do Sul), e para a execução da infraestrutura civil elétrica e lógica para a instalação Estação Meteorológica de Superfície Automática em Barra do Garças, sendo publicada a licitação do primeiro lote no início de 2024, com expectativa da publicação do segundo processo no segundo bimestre de 2024.

10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1 INDICADORES DE DESEMPENHO E LUCRATIVIDADE

Resultado (R$ milhões)	2023	2022	Var. % 2023 x 2022
Receita Operacional Líquida	**841,6**	**1.026,7**	**-18%**
Despesas Operacionais	(589,3)	(518,0)	14%
Outras Receitas/Despesas	1,2	0,3	300%
Resultado Financeiro Líquido	9,5	5,9	61%
IR e CS (corrente e diferido)	(103,3)	(190,1)	-46%
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	**159,7**	**324,8**	**-51%**

Figura 14 - Dados econômico-financeiros 2022 e 2023

Em 2023, a NAV Brasil foi impactada por uma mudança significativa de cenário econômico-financeiro, decorrente de alterações estabelecidas pelo DECEA, órgão regulador do SISCEAB, bem como do aumento significativo dos percentuais de inadimplência das empresas aéreas regulares, que resultaram na redução no montante de suas receitas. Dentre as alterações do órgão regulador pode-se destacar duas, como principais responsáveis por essa redução de receita: a) redução do percentual das tarifas repassadas em relação às Estações da NAV Brasil (ENBs), devido à revisão da Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea prestados pela Companhia (ICA nº 12-35, aprovada pela Portaria DECEA nº 801/ATAN3, de 20 de março de 2023), a qual foi implementada a partir de 01/04/2023; e b) reestruturação na relação das facilidades cedidas para uso temporário da NAV Brasil, conforme previsto no item 3.2 do PCA nº 11-383, "Plano de Cessão de Bens e Benfeitorias do Comando da Aeronáutica para a NAV Brasil", aprovado pela Portaria GABAER nº 105/GC3, de 29 de junho de 2021, cuja cessão de uso dos equipamentos VHF foi revertida ao DECEA por meio da Portaria DECEA nº 858/D-PAT, de 10 de abril de 2023. Adicionalmente, a elevação dos percentuais de inadimplência das companhias aéreas, refletiu no aumento das despesas operacionais (14%), devido ao aumento na Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (registro dos créditos vencidos acima de 121 dias). Como decorrência das ações empreendidas pela administração para reversão desse quadro, ao final do exercício de 2023, o DECEA (órgão responsável pelo recolhimento e arrecadação dos valores devidos pela prestação dos serviços às companhias aéreas e seu posterior repasse à NAV Brasil) firmou acordo para o Reparcelamento do Termo de Compromisso e Confissão de Débitos, relativos aos débitos do período de maio de 2022 até setembro de 2023, com as principais companhia devedoras, com fim de liquidar as dívidas estabelecidas nos referidos termos de compromisso que se encontravam inadimplentes. A assinatura dos acordos em novembro de 2023 e pagamento da primeira parcela provocaram uma redução da PECLD de 72% em relação ao valor acumulado de janeiro a novembro de 2023. Apesar do cenário desafiador, A NAV Brasil apresentou no encerramento do exercício de 2023 um lucro líquido de 159,7 milhões, representando o resultado positivo dos esforços contínuos empreendidos pela sua alta administração na racionalização da sua estrutura de custos à arrecadação das receitas. Ao longo do exercício, tendo em vista a redução do valor das receitas, foi preciso otimizar a gestão de recursos, buscando o equilíbrio entre a necessidade de consolidar a estrutura organizacional e operacional, assegurando a continuidade do seu planejamento estratégico, com a obtenção de um resultado econômico-financeiro sustentável, com a geração de lucro líquido no exercício. A proposta de distribuição do lucro líquido do exercício, conforme deliberação da Administração está demonstrada na figura a seguir:

Descrição (R$ milhões)	2023	2022
Saldo anterior reserva de retenção de lucros	310,6	71,3
Lucro Líquido do Exercício	159,7	324,8
Reserva Legal	8,0	5,7
Lucro Líquido Ajustado	151,7	319,1
Destinações:		
Dividendos e JCP	37,9	79,8
JCP	25,2	8,7
Dividendos	12,7	71,1
Ajuste de Dividendos	4,6	-
Aumento de Capital Social	218,8	-
Saldo final da reserva de retenção de lucros [1]	**201,0**	**310,6**

[1] Valores a serem deliberados em Assembleia.

Figura 15 - Proposta de Destinação do Lucro

O Plano de Aplicação do Saldo do Lucro é apresentado abaixo:

PLANO DE APLICAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS (R$ milhões)	2024	2025	2026	2027	Total
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	4,0	4,0	4,0	2,4	14,4
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2,6	2,7	2,7	2,7	10,7
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento.	9,1	2,1	0,0	0,0	11,2
Implantação e Manutenção dos Sistemas de Navegação Aérea	30,8	45,2	43,4	51,5	170,9
Modernização de infraestrutura para a prestação de Serviços de Navegação Aérea	6,0	3,9	5,0	3,8	18,7
Total [1]	**52,5**	**57,9**	**55,1**	**60,4**	**225,9**

[1] Conforme Plano de Investimentos da Empresa.

Figura 16 - Plano de Aplicação da Reserva de Lucros

Indicadores	2023	2022
Liquidez Corrente	2,6	2,6
Margem Líquida (%)	19,0%	31,6%

Figura 17 - Indicadores

Em uma análise comparativa com o ano de 2022, o índice de Liquidez Corrente manteve-se constante, o que evidencia os esforços da administração da NAV Brasil para a manutenção da saúde financeira da empresa. Analisando-se a composição do indicador, é possível observar que o Ativo Circulante e o Passivo Circulante reduziram na mesma proporção em relação a 2022. No exercício de 2023 o Ativo Circulante totalizou o montante de R$ 334,9 milhões, uma redução de 34,7% em relação ao mesmo período de 2022, impactado pela queda na arrecadação das tarifas e pelo aumento da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). O Passivo Circulante totalizou o montante de R$ 129,7 milhões em dezembro de 2023, uma redução de 33,7% em análise comparativa ao mesmo período de 2022, principalmente devido a: (a) redução no saldo de Tributos a Recolher decorrente da diferença entre as antecipações estimadas ao longo do exercício de 2023 com base em balancetes de suspensão e redução, e a apuração definitiva destes tributos, realizada em dezembro/2023, gerando Saldo Negativo de IRPJ e CSLL, crédito que só poderá ser utilizado após transmissão da ECF (Escrituração Contábil Fiscal) à RFB e; (b) redução no saldo de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (conforme destinação do Resultado 2023).

Composição do EBITDA (R$ milhões)	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	159,7	324,8
Resultado Financeiro Líquido	(9,5)	(5,9)
Provisão IR/CSLL	103,3	190,1
Depreciação/amortização	9,7	7,6
EBITDA	**263,2**	**516,6**

Figura 18 - Composição do EBITDA

O EBITDA em 2023 apresentou o montante de R$ 263,2, o que reflete a manutenção do potencial da capacidade de geração de caixa operacional.

A análise comparativa com o exercício de 2022, demonstra uma redução neste indicador, justificada, principalmente pela redução da receita operacional (redução do valor do repasse das receitas arrecadadas pelo DECEA) e pelo aumento da PECLD (inadimplência das companhias aéreas).

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B470-E41B-089A-C258.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

10.2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
10.2.1. RECEITAS OPERACIONAIS

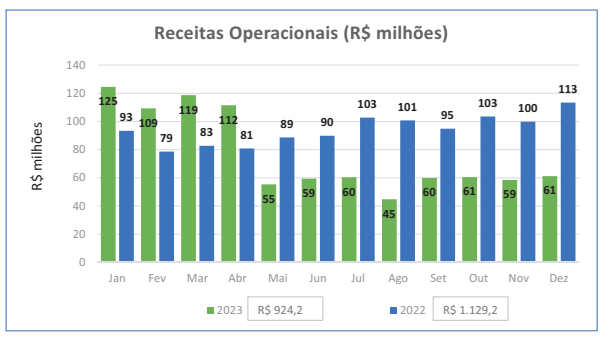

Figura 19 - Evolução das Receitas Operacionais

No exercício de 2023 a Receita Operacional Bruta Total atingiu o montante de R$ 924,2 milhões, uma redução de 18,2% em relação ao exercício de 2022. A redução no montante das receitas é justificada, principalmente, pela redução de repasse de valores do DECEA, tendo em vista reestruturação da relação de facilidades, que teve como objetivo a evolução contínua do SISCEAB. A Receita Operacional Bruta Total é proveniente das Tarifas de Navegação Aérea e Receitas Comerciais. As Tarifas de Navegação Aérea representam 99,9% da receita total e são constituídas pelas " Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota" (TAN) e pelas "Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Área de Controle Remoto e Área de Controle de Aproximação" (TAT), representado na figura abaixo:

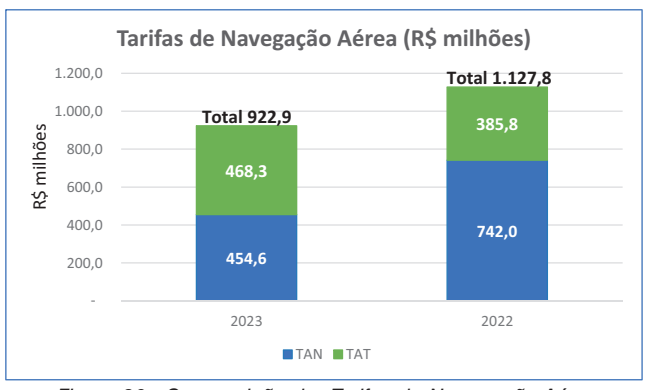

Figura 20 - Composição das Tarifas de Navegação Aérea

As Receitas Comerciais totalizaram em 2023 o montante de R$ 1,3 milhões, sendo composta por 86,3% de receita proveniente dos serviços de Atendimentos Extraordinários a Aeronaves e 13,7% dos Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas.

10.2.2. DESPESAS OPERACIONAIS

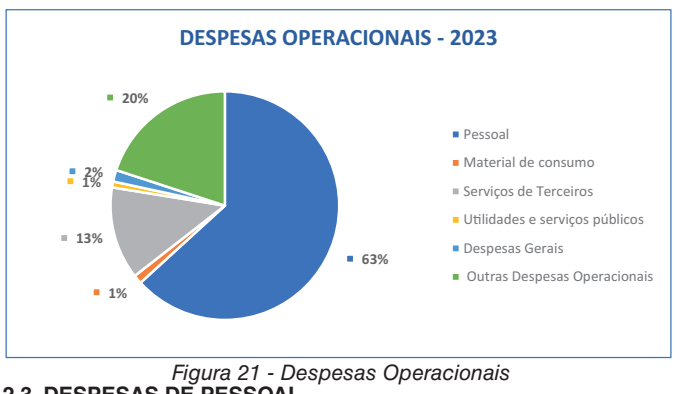

Figura 21 - Despesas Operacionais

10.2.3. DESPESAS DE PESSOAL

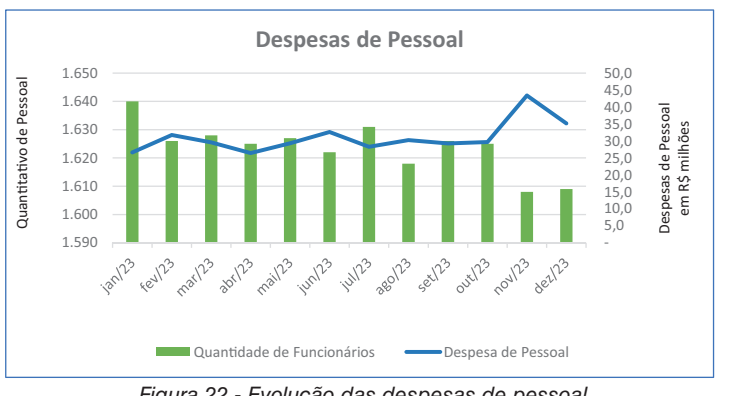

Figura 22 - Evolução das despesas de pessoal

Representando 63,2% das despesas operacionais, as despesas de pessoal totalizaram o montante de R$ 372,5 milhões em 2023, indicando um aumento de 4,0% em relação a 2022.

Em 2023, apesar de um decréscimo de 1,2% no efetivo em relação ao ano de 2022 (considerando o balanço entre as contratações e demissões ocorridas ao longo do exercício de 2023), houve aumento no total dos gastos com pessoal decorrente das promoções por antiguidade de 605 funcionários em agosto/23, previstas no Plano de Cargos e Salários da categoria, bem como da celebração do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT de 2023/2025) que proporcionou o reajuste salarial de 4,83% em outubro (retroativo de maio a outubro de 2023), além do reajuste de 15% no Programa de Auxílio Saúde – PAS e abono linear.

10.2.4. SERVIÇOS CONTRATADOS

Serviços Contratados (R$ milhões)	2023	2022	Var. % 2023 x 2022
Serviços Técnicos Especializados	(25,3)	(26,7)	-5%
Serviços de informática	(6,3)	(7,3)	-14%
Segurança e vigilância	(4,4)	(5,2)	-15%
Conservação e limpeza	(3,6)	(2,7)	33%
Locação de software	(2,7)	(2,3)	17%
Manutenção	(6,0)	(1,6)	275%
Demais serviços	(1,6)	(1,5)	7%
Total Serviços Contratados	**(49,9)**	**(47,3)**	**5%**

Figura 23 - Serviços Contratados

Quanto às variações entre os tipos de serviços, cabe ressaltar que no exercício de 2023 foram concluídos diversos processos licitatórios permitindo novas contratações de serviços antes prestados pela Infraero e registrados na rubrica de serviços técnicos especializados, entre eles serviços de manutenção, conservação e limpeza. Dessa forma, a análise comparativa entre os exercícios deve ser realizada de forma consolidada para esses serviços, cujo total foi de R$ 49,9 milhões em 2023, representando um aumento de 5% em relação a 2022 demonstrando uma evolução natural frente à necessidade de adequação estrutural e operacional, alinhado à taxa de inflação do ano.

10.2.5. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Outras Despesas Operacionais (R$ milhões)	2023	2022	Var. % 2023 x 2022
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(101,1)	(93,0)	9%
Benefício pós-emprego	5,7	13,7	-58%
Provisão para contingências	(5,5)	(2,2)	150%
Participação nos Lucros	(7,4)	-	100%
Outras Provisões	(9,4)	10,6	-189%
Total Outras Despesas Operacionais	**(117,7)**	**(70,9)**	**66%**

Figura 24 - *Outras* despesas operacionais

A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) totalizou o montante de R$ 101,1. Dentre os componentes registrados a título de PECLD, destaca-se a constituição no montante de R$ 356,3 milhões, cujo critério utilizado são os valores a receber com vencimentos acima de 121 dias e a reversão no montante de R$ 255,7 milhões, decorrente do acordo firmado entre o DECEA e as companhias aéreas inadimplentes.

O Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR dos Empregados) e o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA dos Dirigentes) totalizaram o montante R$ 7,4 milhões em 2023, tendo em vista o atingimento das metas previstas nos regulamentos dos referidos programas.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	108.256	143.725
Contas a receber	6	206.807	358.187
Estoques	7	7.520	8.277
Impostos a recuperar	8	7.155	74
Adiantamento para empregados		301	144
Despesas antecipadas	9	4.177	2.133
Outros ativos		680	141
Total do ativo circulante		**334.896**	**512.681**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	6	212.831	–
Depósitos judiciais	11	2.750	1.401
Tributos diferidos	25	59.976	41.224
Imobilizado	10	57.830	61.493
Intangível	10	285	460
Total do ativo não circulante		**333.672**	**104.578**
Total do ativo		**668.568**	**617.259**

Passivo	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	12	17.153	10.704
Cauções de terceiros		167	31
Encargos trabalhistas	13	56.741	46.552
Tributos a recolher	8	6.913	35.690
Recursos a pagar	14	11	115
Previdência complementar		1.928	1.756
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17.d	37.927	99.588
Provisão para participação nos lucros	15	7.415	–
Outras obrigações	16	1.482	1.382
Total do passivo circulante		**129.737**	**195.818**
Não circulante			
Benefício pós-emprego	20	81.983	80.555
Provisão para contingências	11	7.974	4.460
Total do passivo não circulante		**89.957**	**85.015**
Patrimônio líquido			
Capital social	17	270.520	51.714
Reserva legal		18.327	10.343
Reserva retenção de lucros	17.b	200.985	310.618
Ajuste de avaliação patrimonial	17.c	(40.958)	(36.249)
Lucros acumulados		–	–
Total do patrimônio líquido		**448.874**	**336.426**
Total do passivo e patrimônio líquido		**668.568**	**617.259**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	841.621	1.026.768
Custos dos serviços prestados	19	(376.065)	(140.179)
Lucro operacional bruto		**465.556**	**886.589**
Despesas gerais e administrativas	19	(213.232)	(377.839)
Outras despesas		(1)	(692)
Outras receitas	26	1.199	959
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**253.522**	**509.017**
Despesas financeiras	27	(5.606)	(2.228)
Receitas financeiras	27	15.101	8.130
Resultado financeiro líquido		**9.495**	**5.902**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**263.017**	**514.919**
(–) Imposto de renda e contribuição social		(119.653)	(193.292)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos		16.327	3.157
Resultado líquido do período		**159.691**	**324.784**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do período	**159.691**	**324.784**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(42.534)	–
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.709)	(8.789)
Provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas	3.514	(1.452)
Depreciação e amortização	9.658	7.582
Participação nos lucros	7.415	–
Valor residual dos bens baixados	2	674
Benefício pós-emprego	1.428	(356)
Correção monetária dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	(61.661)	2.190
	72.804	**324.633**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(61.451)	(174.160)
Estoques	757	(1.174)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(7.081)	–
Adiantamento para empregados	(157)	(73)
Despesas antecipadas	(2.044)	(219)
Outros ativos	(539)	(133)
Depósitos judiciais	(1.349)	162
Tributos diferidos	(18.752)	(7.685)
Fornecedores de bens e serviços	6.449	(21.805)
Cauções de terceiros	136	7
Encargos trabalhistas	10.189	(5.504)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(28.777)	8.926
Previdência complementar	172	(161)
Outras obrigações	100	81
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(29.543)**	**122.895**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado / intangível	(5.822)	(707)
Repasse de aluguéis	(104)	104
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(5.926)**	**(603)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**–**	**–**
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(35.469)**	**122.292**
Caixa do início do período	143.725	21.433
Caixa do final do período	108.256	143.725
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(35.469)**	**122.292**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Valor Adicionado (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
(=) Receitas		
Receita operacional	924.258	1.129.245
Outras receitas	1.199	959
	925.457	**1.130.204**
(–) Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais e serviços de terceiros	(89.465)	(81.340)
Outras despesas	(1)	(692)
	(89.466)	**(82.032)**
(=) Valor adicionado bruto	**835.991**	**1.048.172**
(–) Retenções		
Provisões, reversões e perdas	(235.700)	(263.509)
Depreciação / amortização	(9.658)	(7.582)
(=) Valor adicionado líquido	**590.633**	**777.081**
(+/–) Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.101	8.130
(=) Valor adicionado total a distribuir	**605.734**	**785.211**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal: salários e encargos	368.450	327.717
Governo (União): tributos	71.987	130.482
Terceiros: despesas financeiras	13	35
Acionistas: encargos financeiros	5.593	2.193
Acionistas: reserva legal	7.984	5.664
Acionistas: JCP	25.220	8.653
Acionistas: dividendos	12.707	71.127
Acionistas: lucro retidos	113.780	239.340
Valor adicionado total distribuído	**605.734**	**785.211**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo / lucro acumulado	**159.691**	**324.784**
Benefício pós-emprego	(7.135)	(13.317)
Tributos s/ Ajuste de avaliação patrimonial	2.426	4.528
Total de resultados abrangentes do período	**154.982**	**315.995**
Total de resultados abrangentes atribuível aos:		
Acionistas	**154.982**	**315.995**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023	Notas explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2022		**51.714**	**10.343**	**310.618**	**–**	**(36.249)**	**336.426**
Dividendos e juros sobre capital próprio		–	–	(4.607)	(37.927)	–	**(42.534)**
Reserva legal		–	7.984	–	(7.984)	–	**–**
Reserva retenção de lucros		218.806	–	(105.026)	(113.780)	–	**–**
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(7.135)	**(7.135)**
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	–	2.426	**2.426**
Lucro do período		–	–	–	159.691	–	**159.691**
Em 31 de dezembro de 2023	**17**	**270.520**	**18.327**	**200.985**	**–**	**(40.958)**	**448.874**

Em 31 de dezembro de 2022	Notas explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**51.714**	**4.679**	**71.277**	**–**	**(27.460)**	**100.210**
Dividendos e juros sobre capital próprio		–	–	–	(79.779)	–	**(79.779)**
Reserva legal		–	5.664	–	(5.664)	–	**–**
Reserva retenção de lucros		–	–	239.341	(239.341)	–	**–**
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(13.317)	**(13.317)**
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	–	4.528	**4.528**
Lucro do período		–	–	–	324.784	–	**324.784**
Em 31 de dezembro de 2022	**17**	**51.714**	**10.343**	**310.618**	**–**	**(36.249)**	**336.426**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis anuais Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A NAV Brasil Serviços e Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil, ou Companhia), CNPJ 42.736.102/0001-10, é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, cuja criação foi autorizada ao Poder Executivo pela Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2019. Nesse sentido, conforme disposto no Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, foi criada a Companhia em 30 de junho de 2021, pela versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero relativo à atividade de navegação aérea e pelo aporte de recursos realizado pela União. A NAV Brasil tem por objeto implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica. No desempenho de suas atribuições, tendo em vista a estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, a NAV Brasil atuará de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e, por conseguinte, de interesse estratégico para a segurança nacional. A NAV Brasil deverá assegurar a compatibilidade e a interoperabilidade de equipamentos, materiais e sistemas por ela utilizados na prestação dos serviços de navegação aérea com aqueles empregados pelo Comando da Aeronáutica no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** a) Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. b) Moeda funcional. O Real é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, conforme CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. d) Base de mensuração. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, descritas a seguir: a) Caixa e equivalentes de caixa. A NAV Brasil classifica os recursos financeiros de caixa e bancos, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. b) Ativos financeiros não derivativos. i. A NAV Brasil classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. ii. A NAV Brasil classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Caixa e bancos; • Contas a receber; e • Depósitos judiciais. iii. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (Impairment). É aplicada a abordagem simplificada, conforme permitido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e, por isso, reconhecem-se as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. iv. Mensuração: No reconhecimento inicial, a NAV Brasil mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos das transações incrementais diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. *v. Impairment*: A NAV Brasil avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida mensurados ao custo amortizado. A metodologia de *Impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. c) Passivos financeiros não derivativos: Em relação aos passivos financeiros a NAV Brasil detém em suas operações: dívidas com fornecedores, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento dos contratos (manutenção, limpeza, vigilância, dentre outros), a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram, dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado. d) Estoques: Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável. e) Impostos, taxas e contribuições: i. Impostos a recuperar. O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização; ii. Impostos a recolher - Imposto de renda e contribuição social. A Companhia é contribuinte do imposto de renda e a contribuição social com base no Lucro Real, portanto, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. A NAV Brasil, de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas. f) Partes relacionadas: As operações entre quaisquer das partes relacionadas da NAV Brasil, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. g) Imobilizado: O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear de cotas constantes a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (Impairment), quando aplicável. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Todo o grupo de ativo imobilizado, exceto o imobilizado em andamento, passou pelo teste de "recuperabilidade" (*Impairment*). h) Intangível: O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*Impairment*). Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. i) Provisões e Passivos: Provisões para riscos contingenciais. As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade. As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B470-E41B-089A-C258.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências. Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo. Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 11. Passivos Contingentes. Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são reconhecidos, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 11. j) Benefícios a empregados: A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde - PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O benefício odontológico é oferecido por meio de empresas de prestação de serviços odontológicos, para atendimento a seus empregados, filhos, enteados, menor sob tutela e seu cônjuge ou companheiro(a). O PAS é um auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento, ofertado a empregados, seus dependentes legais, aposentados, pensionistas, membros da diretoria e contratado(a) para exercício exclusivo de cargo em comissão. A NAV Brasil é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC nº 33 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria. O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano. Ganhos e perdas atuariais são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente. k) Reconhecimento de Receita: As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente: i. Receita da prestação de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no preço da transação, isto é, o valor que a entidade espera ter direito em contrapartida da obrigação de performance, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento (ou à medida que) a Companhia satisfaz a obrigação de performance, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. ii. Receita financeira: A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. l) Demonstrações dos Fluxos de Caixa: Na demonstração do fluxo de caixa, o fluxo de caixa da atividade operacional foi preparado pelo método indireto e está sendo apresentado de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m) Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos. Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Estimativas e premissas contábeis significativas. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment). Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. o) Apuração do Resultado: O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento. p) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante: Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Leis nº 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. q) Recursos da União recebidos em transação não formalizada: Os elementos ativos e passivos relacionados à prestação de serviços de navegação aérea foram vertidos para a NAV Brasil, consoante demarcação legal (art.3º da Lei nº 13.903/2019), densificada no Protocolo de Cisão. Nesse ponto só foram contabilizados os recursos aplicados na Companhia por meio da integralização de seu capital social. Ocorre que a Infraero fazia uso de bens da União relacionados à atividade de navegação aérea, sem que a NAV Brasil tenha ciência do exato alcance da documentação que formaliza e especifica os direitos e obrigações entre aquelas partes. Por conseguinte, a Infraero não reconhecia esses recursos em seu patrimônio, mas os monitorava em contas de compensação. Quando da cisão parcial da Infraero e constituição da NAV Brasil, por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, eles foram transferidos pela Infraero à NAV Brasil. Entretanto, é competência exclusiva do Comando da Aeronáutica (COMAER) especificar as regras, direitos e obrigações e demais condições da transação, não dispondo a NAV Brasil de ingerência sobre elas. Nesse sentido, recorremos ao teor da lei de criação da Companhia, Lei nº 13.903/2019, art. 5º e 7º, respectivamente nos seus parágrafos §1. Fato é que ainda não foi consubstanciado o ajuste (art. 7º, §1º, da Lei 13.903/2019), entre a NAV Brasil e a União, em relação aos bens em voga, carecendo de elementos mínimos para seu reconhecimento e mensuração contábil, como a essência da classificação das transferências dos bens. Apesar de sua atuação limitada no tocante à solução, a NAV Brasil tem atuado intensamente com o COMAER (dada a competência estipulada em norma), com vistas a se especificar os direitos e obrigações das partes no que tange aos recursos em questão, e eliminar as dúvidas porventura existentes. Uma vez as partes tenham especificado tais direitos e obrigações, configurando um novo fato, a administração da NAV Brasil avaliará se tais recursos atendem à definição de ativo e demais requisitos para seu reconhecimento e, a depender de sua classificação, definirá a política contábil adequada à mensuração, apresentação e divulgação, bem como, avaliará se algum passivo deverá ser reconhecido. Enquanto isso, a Companhia os monitora em contas de compensação, conforme divulgado na Nota 23. **4. Novas normas, alterações e interpretações contábeis:** Não identificamos normas IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*) ou interpretações IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	72	50
Bancos	11.848	9.663
Aplicação financeira	96.336	134.012
Total	**108.256**	**143.725**

A variação ocorrida em Caixa, foi devida às concessões de 50 Fundos Fixos de Caixa. A redução em Aplicação financeira no período, foi em virtude do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio de 2021 e 2022 no montante de R$ 109.782, também mencionada na nota 17.d, resgatada dos montantes aplicados em fundos de renda fixa extramercado compostos por títulos públicos que fazem parte da carteira teórica de índice IFRM-1 (LTN e NTN-F), cuja aplicação da NAV Brasil no 4º trimestre do ano de 2023 foi de R$ 96.336. Por ser Empresa Pública, a Companhia realiza as aplicações por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal S/A conforme estabelece a Resolução nº 4.986 de 17/02/2022, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimentos a Curto Prazo Extramercado, salientando que o investimento foi realizado no Banco do Brasil. O Fundo de aplicação do extramercado destina-se a receber aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União. **6. Contas a receber:** O saldo de contas a receber registrado em 31 de dezembro de 2023, está composto da seguinte forma: a) Composição do Contas a Receber:

	31/12/2023	31/12/2022
Comunicação Aux. Nav. Aérea e Comerciais	347.182	451.186
Acordos	53.208	–
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(193.583)	(92.999)
Total Circulante	**206.807**	**358.187**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Acordos	212.831	–
Outros	62	–
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(62)	–
Total Não Circulante	**212.831**	**–**
Contas a Receber Líquido	**419.638**	**358.187**

Composição do Contas a Receber Liquido

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	347.182	451.186
Acordos	266.039	–
Outras Contas a receber	62	–
Total do contas a receber	**613.283**	**451.186**
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(193.645)	(92.999)
Contas a Receber Líquido	**419.638**	**358.187**

O Contas a Receber é composto pela arrecadação das Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea em Rota – TAN, Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea de Controle de Aeródromo – TAT ADR, Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea de Controle de Aproximação – TAT APP e Receitas Comerciais (Atendimento Extraordinário à Aeronaves, Telecomunicações Aeronáuticas, Receitas Bancárias entre outras). A principal arrecadação referente a receita da NAV Brasil é a de Auxílios de Navegação Aérea (TAN e TAT) a qual é de competência do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, o gerenciamento, a coordenação e controle do processo de coleta e armazenamento de dados dos movimentos de aeronaves no espaço aéreo brasileiro, bem como de faturamento e cobrança dos preços devidos pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades, conforme previsto na Portaria DECEA nº 328/ATAN3, de 12 de julho de 2022, capítulo V, art. 50. A composição do Contas a Receber até no 4º trimestre de 2023 foi por meio dos faturamentos das Tarifas Aeronáuticas e Receitas Comerciais, principalmente, das competências de outubro a dezembro de 2023. Em 2023 foi registrada uma constituição no valor de R$ 356.296 e uma reversão no valor de R$ 255.650 em PECLD, totalizando o valor de R$ 193.645 em 31/12/2023 (R$ 92.999 em 31/12/2022). O montante de R$ 62 registrado no não circulante se refere a cobrança para dois ex-empregados relativos aos ressarcimentos de ajuda de custo e salários. Em 06 de novembro de 2023, o DECEA firmou acordo decorrente de Reparcelamento do Termo de Compromisso e Confissão de Débitos Nº 025/DECEA/2021 com a Companhia Gol Linhas Aéreas S.A. e Nº 031/DECEA/2021 com a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., relativos aos débitos do período de maio de 2022 até junho de 2023, com fim de liquidar as dívidas estabelecidas nos referidos termos de compromisso que se encontravam inadimplentes, bem como a inclusão de faturas vincendas após os referidos Termos. Sobre o saldo devedor, serão aplicados juros de 1% (um por cento) ao mês, de acordo com o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) e o débito resultante do parcelamento será dividido em 60 (sessenta) parcelas mensais consecutivas, onde 12 parcelas estão registradas no ativo circulante no montante de R$ 53.208 e 48 parcelas estão registradas no ativo não circulante no montante de R$ 212.831. b) Aging List: Para o registro da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) de 2023, o critério utilizado foram os valores a receber com vencimentos acima de 121 dias. Assim, o valor provisionado em PECLD, até dezembro de 2023 foi de R$ 193.645. O saldo por vencimento (Aging List) em 31.12.2023 é apresentado da seguinte maneira:

Aging List	31/12/2023	31/12/2022
A Vencer	385.390	109.627
Vencidas:		
Vencidos entre 01 a 30 dias	13.147	98.593
Vencidos entre 31 a 60 dias	10.509	82.541
Vencidos entre 61 a 90 dias	10.552	52.633
Vencidos entre 91 a 120 dias	40	14.793
Vencidos entre 121 a 180 dias	33.690	92.999
Vencidos acima de 180 dias	159.955	–
Saldo Contas a Receber	**613.283**	**451.186**
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(193.645)	(92.999)
Saldo Contas a Receber Líquido	**419.638**	**358.187**

Quanto ao prazo médio de recebimento, as Companhias Aéreas se utilizam da Lei Nº 14.368, de 14 de junho de 2022, Artigo 9º onde diz: "Art. 9º O atraso no pagamento das tarifas previstas no art. 8º desta Lei, cujo vencimento deverá ocorrer em, no mínimo, 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da fatura, ensejará a aplicação das seguintes sanções: I – após o vencimento, cobrança de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês; e II – após 120 (cento e vinte) dias do vencimento, suspensão de ofício das emissões de plano de voo até regularização do débito." (NR) Sendo assim, a Companhia tem envidado todos os esforços para receber os valores a que tem direito, embora não possua gestão tanto para o Faturamento como para Ações de Cobranças Administrativas e Jurídicas, sendo essas, exclusivamente de gestão do DECEA, conforme determina a Portaria DECEA Nº 328/ATAN3 de 03 de julho de 2022, Capítulo II: "Art. 2º Compete à Vice Direção do DECEA o gerenciamento, a coordenação e o controle do processo de coleta e armazenamento de dados dos movimentos de aeronaves no espaço aéreo brasileiro, bem como de faturamento e cobrança dos preços devidos pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea disponibilizados pelo SISCEAB e remunerados pelas Tarifas de Navegação Aérea". **7. Estoques:**

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais auxiliares e de manutenção	12.746	13.005
Perda estimada	(5.226)	(4.728)
Total	**7.520**	**8.277**

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido. Para estimativa do valor registrado na perda foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado. **8. Impostos, taxas e contribuições:** a) Tributos a recuperar: O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R$ 7.155, compreende os créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

	31/12/2023	31/12/2022
PASEP e COFINS	39	74
IRPJ a compensar	1.046	–
CSLL a compensar	377	–
Saldo negativo de IRPJ	4.167	–
Saldo negativo de CSLL	1.526	–
Total	**7.155**	**74**

b) Tributos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	5.528	10.397
INSS s/ terceiros	120	89
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	1.135	494
ISS a recolher	130	351
IRRF	–	15
IRPJ	–	17.875
CSLL	–	6.469
Total	**6.913**	**35.690**

9. Despesas Antecipadas: As despesas são pagas antecipadamente e apropriadas de acordo com o regime de competência. O grupo contempla os contratos de responsabilidade civil e operacional, as licenças de uso de software da Microsoft e programa de alimentação do trabalhador, conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros RC e RO	1.699	1.682
Licenças de software	451	451
Programa de alimentação do trabalhador	2.027	–
Total	**4.177**	**2.133**

10. Imobilizado e Intangível: a) Composição imobilizado:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo histórico	130.220	124.468
Depreciação	(72.390)	(62.975)
Total	**57.830**	**61.493**

b) Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Edificações e Benfeitorias		101	1.237	–	–	1.338
Imobilização em Andamento		–	1.225	–	–	1.225
Instalações, Maquinas e Equips		114.002	2.328	(1)	(114)	116.215
Móveis e Utensílios		6.718	995	(32)	114	7.795
Veículos		3.643	–	–	–	3.643
Outros		4	–	–	–	4
Total		**124.468**	**5.785**	**(33)**	**–**	**130.220**
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(66)	(17)	–	–	(83)
Instalações, Maquinas e Equips	10% e 5% a.a.	(54.692)	(9.065)	1	(2)	(63.758)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(4.835)	(348)	30	2	(5.151)
Veículos	25% a.a.	(3.382)	(16)	–	–	(3.398)
Outros		–	–	–	–	–
Total		**(62.975)**	**(9.446)**	**31**	**–**	**(72.390)**
Imobilizado líquido		**61.493**	**(3.661)**	**(2)**	**–**	**57.830**

Conforme notas explicativas número 3q e 23, a NAV Brasil recebeu bens da Infraero e do COMAER em transação ainda não formalizada, parcialmente contabilizada em contas de compensação.

c) Composição intangível:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo histórico	6.028	5.995
Amortizações	(5.743)	(5.535)
Total	**285**	**460**

d) Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Licença de uso de software		5.995	37	(4)	–	6.028
Total		**5.995**	**37**	**(4)**	**–**	**6.028**
Amortização acumulada						
Licença de uso de software	20% a.a.	(5.535)	(212)	4	–	(5.743)
Total		**(5.535)**	**(212)**	**4**	**–**	**(5.743)**
Intangível líquido		**460**	**(175)**	**–**	**–**	**285**

11. Provisão para demandas judiciais: A NAV Brasil é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista em decorrência da cisão parcial da Infraero operada exclusivamente quanto à prestação de serviços de navegação aérea, nos termos previstos na Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019 e no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Infraero, registrada na JUCIS-DF sob o nº 1707574, em 09/07/2021, bem como em novas demandas propostas após a constituição da NAV Brasil, aprovada na Assembleia Geral de Constituição da NAV Brasil, registrada na JUCERJA sob o nº 3330033925-6, em 15/07/2021. Dentre os processos judiciais (cíveis e trabalhistas) relacionados no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, ressalva-se que (i) ainda não houve a efetiva inclusão da NAV Brasil no polo passivo de todas as demandas, seja em sucessão ou em conjunto com a Infraero, bem como (ii) diversos processos já foram encerrados e/ou arquivados. Além dos processos relacionados no referido Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, a NAV Brasil foi citada e incluída no polo passivo ou como terceira interessada em processos judiciais trabalhistas por se tratar de demandas de empregados transferidos para a Estatal, por sucessão trabalhista. Diante das considerações acima, a NAV Brasil é parte ou poderá vir a ser incluída no polo passivo de ações judiciais (cíveis e trabalhistas). O monitoramento dos processos em que a NAV Brasil já é parte é conduzido pela Assessoria Jurídica interna da Empresa e, especificamente em relação às demandas trabalhistas, prioritariamente pelo escritório Leonardo Falcão Advogados Associados, especializado na área trabalhista, contratado pela Empresa após o devido procedimento licitatório. A Empresa avalia suas contingências tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e indicação de valores estimados para fins de provisionamento ou apontamento contábil são elaboradas com base em análise da Assessoria Jurídica e melhor julgamento da Administração, considerando-se os seguintes níveis de risco: Provável – Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada como risco alto ou praticamente certo. Possível – Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio. Remoto – Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa. Com base em informações do jurídico e critérios acima, a Administração efetuou a análise dos processos pendentes e, com base nas experiências anteriores e no acervo transferido da Infraero na forma da referida lei referentes às quantias reivindicadas, sugeriu o provisionamento das demandas avaliadas como de provável risco de perda e a indicação de valores para demandas avaliadas como de possível risco de perda em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, quando já possível a indicação do valor efetivamente perseguido pela parte ou, quando o valor econômico não puder ser aferido ou possuir grande complexidade de apuração, foi indicado como valor para fins de provisionamento o valor da causa. Assim, tem-se que a NAV Brasil é ou será parte passiva em processos das seguintes naturezas: • Ações Trabalhistas: existem pedidos diversificados formulados por empregados transferidos à NAV Brasil, pleiteando: incorporação de gratificação pelo exercício de função de confiança por mais de 10 anos ou incorporação de gratificação por progressão especial, enquadramento como radiotelefonista e pagamento de horas extras e adicional noturno, briefing operacional, adicional de periculosidade/insalubridade, suspensão do contrato de trabalho, nulidade de sindicância, indenização por danos morais, transferência de empregados, rescisão indireta de contrato de trabalho, inclusão de empregados em Programas de desligamento ou aposentadoria incentivados (PDITA ou DIN) e responsabilização subsidiária decorrente de contrato de prestação de serviços por empresa terceirizada. Sobre os temas acima, é relevante observar que as decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido as matérias pacificadas no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. • Ações Cíveis: existem pedidos diversificados formulados, envolvendo concurso público, transferência funcional e tarifas de navegação aérea. a) Processos judiciais provisionados: Considerando a relação total de processos judiciais (trabalhistas e cíveis) transferidos para a NAV Brasil na cisão parcial da Infraero, conforme relação indicada no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, aí incluídas as demandas cuja Companhia já é parte (processos novos e processos originalmente propostos em face da Infraero), assim como as que, dispostos no citado anexo do Protocolo, a NAV Brasil não foi incluída no polo passivo, os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados nos termos anteriormente indicados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	Processos prováveis	
	31/12/2023	31/12/2022
Processos trabalhistas	7.887	4.460
Processos cíveis	87	–
Total	**7.974**	**4.460**

A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:

Movimentação das ações prováveis	31/12/2022	Adições	Reversão	31/12/2023
Processos trabalhistas	4.460	7.692	(4.265)	7.887
Processos cíveis	–	87	–	87
Total	**4.460**	**7.779**	**(4.265)**	**7.974**

b) Processos judiciais não provisionados: Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R$ 16.490, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Processos possíveis	
	31/12/2023	31/12/2022
Processos trabalhistas	10.940	2.245
Processos cíveis	5.550	5.481
Total	**16.490**	**7.726**

A Administração da Empresa entende relevante destacar, quanto ao aumento das demandas envolvendo risco de perda possível, o seguinte: (i) Quanto às ações de natureza civil, importa destacar que, amparada em avaliação dos consultores jurídicos, foi realizada a revisão da avaliação de riscos de demanda que integra o Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, que consiste em ação ordinária de repetição de indébito de Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota (ATC), na qual os demandantes pretendem a restituição de indébito tributário correspondente a diferenças entre os valores das tarifas estipuladas pela Portaria nº 248/GC-5/2006 e aqueles estabelecidos na Portaria nº 10/SDAD/03. Considerando a grande complexidade de apuração do valor econômico envolvido na demanda, em 31 de dezembro de 2023, o valor econômico estimado do processo é de R$ 5.479, que consiste no valor da causa. (ii) No tocante ao risco trabalhista, é relevante destacar o aumento do número de novas reclamações trabalhistas ajuizadas em face da NAV Brasil, que, por ainda se encontrarem na fase de conhecimento dos respectivos processos, no entendimento da Administração, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, possuem probabilidade de perda possível. Dentre tais demandas, os principais objetos são: inclusão de empregados em Programas de desligamento ou aposentadoria incentivados (PDITA ou DIN); adicional de periculosidade/insalubridade; discussão de programas de transferência de empregados e rescisão de contrato de trabalho; e responsabilização subsidiária decorrente de contrato de prestação de serviços por empresa terceirizada. Assim, em 31 de dezembro de 2023, importa destacar que a NAV Brasil integra o polo passivo de (i) 12 novas ações nas quais há a pretensão de empregados de inclusão em Programas de desligamento ou aposentadoria incentivados (PDITA), com probabilidade de perda possível, cuja soma dos valores econômicos estimados, a partir dos critérios anteriormente descritos, é de R$ 2.928; (ii) 2 novas ações trabalhistas de empregados pleiteando adicional de periculosidade/insalubridade, com probabilidade de perda possível, cuja soma dos valores econômicos estimados, a partir dos critérios anteriormente descritos, é de R$ 1.846; (iii) 5 novas ações nas quais se discute programas de transferência de empregados e verbas rescisórias, com probabilidade de perda possível,

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B470-E41B-089A-C258.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

cuja soma dos valores econômicos estimados, a partir dos critérios anteriormente descritos, é de R$ 1.141; e (iv) 14 novas ações trabalhistas em que se pretende responsabilização subsidiária da NAV Brasil decorrente de contrato de prestação de serviços por empresa terceirizada, com probabilidade de perda possível, cuja soma dos valores econômicos estimados, a partir dos critérios anteriormente descritos, é de R$ 568. c) Depósitos recursais e judiciais: Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Em 31/12/2023, os depósitos judiciais mantidos pela Companhia representam R$ 2.750, conforme apresentados a seguir:

	31/12/2022	Novos depósitos	Saque - terceiros	31/12/2023
Depósitos judiciais trabalhistas	1.401	1.981	(637)	2.745
Depósitos judiciais cíveis	–	5	–	5
Total	**1.401**	**1.986**	**(637)**	**2.750**

12. Fornecedores e outras obrigações: Os Fornecedores estão constituídos pelos seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	7.591	8.427
Provisão Serviços Contratados	9.562	2.277
Total	**17.153**	**10.704**

O saldo de R$ 17.153, em 31/12/2023, representa as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte. A Companhia não se financia por meio de transações "*forfait*", "*confirming*", "*reverse factoring*", "*payables finance*", "*supplier finance program obligations*", "risco sacado" ou outros mecanismos de financiamento a fornecedores. Destaque-se que os fornecedores, contratados por meio de processos de licitação, se referem ao fornecimento de materiais e serviços relacionados à atividade operacional da Companhia.

13. Encargos trabalhistas:

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos sobre férias	8.957	8.644
RCT a pagar	–	54
Ordenados, salários e férias a pagar	30.888	24.196
FGTS a Recolher	2.204	2.012
INSS a Recolher	6.480	6.107
IRRF s/ folha de pagamento	8.212	5.539
Total	**56.741**	**46.552**

Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e liquidados posteriormente. A principal variação decorre do acordo coletivo de 2023/2025 em outubro de 2023, com reajuste retroativo de maio a outubro de 2023, no percentual de 4,83% com reflexos em salários, remuneração global e na base de cálculo do IRRF sobre folha de pagamento. **14. Recursos a pagar:** Os Recursos a pagar estão constituídos pelos seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Comando da aeronáutica	11	115
Total	**11**	**115**

Comando da Aeronáutica – recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da NAV Brasil sobre imóveis de propriedade da União, sob a responsabilidade e guarda da NAV Brasil, onde a Companhia repassa o valor ao COMAER, mediante transações não formalizadas conforme nota explicativa 23.

15. Provisão para participação nos Lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
Programa de Participação nos Lucros ou Resultados	7.329	–
Remuneração Variável Anual da Diretoria Executiva	86	–
Total	**7.415**	**–**

A Companhia segue os critérios definidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), aprovados pelo Conselho de Administração da NAV Brasil para a Participação nos Lucros ou Resultados – PLR dos Empregados e a Remuneração Variável Anual – RVA dos Dirigentes. Na PLR, a distribuição está condicionada à existência de lucros e ao alcance das metas estabelecidas. O montante máximo a ser distribuído deverá limita-se a 6,25% do lucro líquido, ao limite individual de 3 remunerações do empregado ou a 25% dos dividendos efetivamente pagos aos acionistas, o que for menor. Na RVA, o pagamento está condicionado à apuração de lucro líquido no exercício, atribuição aos acionistas de dividendo mínimo obrigatório, autorização da Assembleia Geral Ordinária e ao pagamento da PLR aos empregados. O limite máximo de pagamento a cada um dos diretores, individualmente, será equivalente a 1,5 remuneração mensal e o montante global do programa, pago a todos os diretores em conjunto, não poderá ultrapassar 10% do lucro líquido. Visto que a Companhia efetuará o pagamento após Assembleia Geral Ordinária de 2024, em 31 de dezembro de 2023, o valor provisionado para as participações nos lucros foi no montante de R$ 7.415.

16. Outras obrigações

Obrigações - Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Consignações a recolher	1.226	1.196
Pensões judiciais a pagar	256	186
Total Circulante	**1.482**	**1.382**

17. Patrimônio líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	270.520	51.714
Reserva legal	18.327	10.343
Reserva retenção de lucros	200.985	310.618
Ajuste de avaliação patrimonial	(40.958)	(36.249)
Total	**448.874**	**336.426**

a) Composição Acionária do Capital Social: Na Assembleia Geral de Constituição, de 30/06/2021, foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, nos termos do Decreto n.º 10.589/2020, no valor de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e pela versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero relativo à atividade de navegação aérea, no valor de R$ 26.713.780,59 (vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos). Constituindo o Capital Social de R$ 51.713.780,59 (cinquenta e um milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), subscrito e integralizado, representado por 195.106 (cento e noventa e cinco mil e cento e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da União. Em 25/04/2023 por meio da 2ª Assembleia Geral Ordinária foi aprovado o novo capital social da Companhia no montante de R$ 270.520.476,91 (duzentos e setenta milhões, quinhentos e vinte mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos) e alterado o art. 9º do Estatuto da NAV Brasil sem alteração na quantidade de ações. b) Reserva de retenção de lucros: Após a constituição da reserva legal e a proposição de dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento e custeio aprovados no Conselho de Administração que, alinhados aos planos de negócios da Companhia, contribuem para o aperfeiçoamento da prestação de serviços de navegação aérea. De acordo com a 2ª Assembleia Geral Ordinária, foi destinado o montante de R$ 218.806.696,32 para aumento do capital social da Companhia, que passou de R$ 51.713.780,59 para R$ 270.520.476,91. c) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial registra as contrapartidas de transações que afetarão valores de ativos e passivos em relação ao valor justo. Na Companhia, os valores registrados nessa rubrica, representam os ganhos e perdas atuariais (registrados em Outros Resultados Abrangentes – ORA) com o plano de assistência à saúde e de previdência privada dos empregados e aposentados, sobre o qual foram calculados tributos diferidos IRPJ e CSLL, respectivamente com alíquotas de 25% e 9%, conforme detalhado no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV	26.558	27.517
Programa Auxílio Saúde - PAS	35.499	27.406
Tributos Diferidos	(21.099)	(18.674)
Total Ajuste de avaliação patrimonial	**40.958**	**36.249**

d) Destinação do Resultado: Conforme Art.193 da Lei nº 6.404/1976, a Reserva Legal é de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício. De acordo com o Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Dessa forma, a proposta de R$ 37.927 mil de dividendos e JCP, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2023, está em conformidade com o Art. 140, inciso III do Estatuto Social pois representa 25% do Lucro Líquido do Exercício Ajustado.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior da reserva de retenção de lucros	**310.618**	**71.277**
Lucro Líquido do Exercício	**159.691**	**324.784**
Reserva Legal	7.984	5.664
Lucro Líquido Ajustado	**151.707**	**319.120**
Destinações:		
Dividendos e JCP	**37.927**	**79.780**
JCP	25.220	8.653
Dividendos	12.707	71.127
Ajuste de Dividendos	**4.607**	**–**
Aumento de Capital Social	**218.806**	**–**
Saldo final da reserva de retenção de lucros	**200.985**	**310.618**

Composição da reserva legal

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior reserva legal	**10.343**	**4.679**
Lucro Líquido do Exercício	**159.691**	**324.784**
Reserva Legal	7.984	5.664
Saldo final da reserva legal	**18.327**	**10.343**

Composição das reservas de lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Legal	18.327	10.343
Reserva de retenção de lucros	200.985	310.618
Total reservas de lucros	**219.312**	**320.961**

Em maio de 2023, após a 2ª Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2023, a Companhia efetuou o pagamento dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio referentes aos anos de 2021 e 2022 no montante de R$ 109.782, conforme nota 5. **18. Receita operacional líquida:** As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	**924.258**	**1.129.245**
Comerciais	**1.338**	**1.388**
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	**922.920**	**1.127.857**
Navegação Aérea Doméstica e Internacional	454.621	742.032
Comunicação de Controle de Aeródromo e Aproximação Doméstica e Internacional	468.299	385.825
Deduções	**(82.637)**	**(102.477)**
PIS	(14.741)	(18.280)
COFINS	(67.896)	(84.197)
Receita Líquida	**841.621**	**1.026.768**

As receitas de comunicação e auxílio à navegação aérea são originadas em razão da prestação de serviços às companhias aéreas que operam voos que trafegam no espaço aéreo brasileiro. Não obstante, o valor devido pela prestação de serviços é recolhido e arrecadado pelo DECEA que posteriormente efetua os repasses dos valores devidos à NAV, sendo que a Companhia não possui ingerência sobre as cobranças que são realizadas diretamente às companhias aéreas pelo DECEA. A redução nas receitas de comunicação e auxílio à navegação aérea foram decorrentes das seguintes alterações no cenário provocadas pelo órgão regulador: a) redução do percentual das tarifas repassadas em relação às Estações da NAV Brasil (ENBs), devido à revisão da Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea prestados pela Companhia (ICA nº 12-35, aprovada pela Portaria DECEA nº 801/ATAN3, de 20 de março de 2023), a qual foi implementada a partir de 01/04/2023; e b) reestruturação na relação das facilidades cedidas para uso temporário da NAV Brasil, conforme previsto no item 3.2 do PCA nº 11-383, "Plano de Cessão de Bens e Benfeitorias do Comando da Aeronáutica para a NAV Brasil", aprovado pela Portaria GABAER nº 105/GC3, de 29 de junho de 2021, cuja cessão de uso dos equipamentos VHF foi revertida ao DECEA por meio da Portaria DECEA nº 858/D-PAT, de 10 de abril de 2023. **19. Despesas por natureza:** Os custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas são compostas pelos seguintes grupos:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	167.279	53.288
Encargos diretos com pessoal	108.645	35.809
Encargos indiretos com pessoal	54.529	19.323
Serviços contratados e locações	15.791	12.144
Utilidades - serviços públicos	4.604	3.557
Depreciação e amortização	7.500	7.789
Outros custos	17.717	8.269
Total	**376.065**	**140.179**
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	20.262	130.754
Encargos diretos com pessoal	17.458	78.007
Encargos indiretos com pessoal	4.348	40.938
Serviços Contratados e Locações	34.133	35.157
Utilidades - Serviços Públicos	324	827
Outras Despesas	18.501	22.147
PECLD	101.080	93.039
Provisão para contingências	5.486	2.213
Benefício pós emprego	(5.706)	(13.673)
Outras provisões	15.188	(11.363)
Depreciações e Amortizações	2.158	(207)
Total	**213.232**	**377.839**

O resultado reflete as principais rubricas de custos e despesas, ressaltando a rubrica de pessoal que teve variação positiva nos salários em agosto de 2023, com a promoção por antiguidade de 605 funcionários refletindo o aumento de aproximadamente 1,03% sobre o salário base. No 1º trimestre de 2023 e no 3º trimestre de 2023 houve uma redução total no efetivo da Companhia de 46 funcionários. Em outubro de 2023, o acordo coletivo de 2023/2025 com reajuste retroativo de maio a outubro de 2023, no percentual de 4,83% gerou variação positiva com reflexos em salários e remuneração global; além do reajuste de 15% no Programa de Auxílio Saúde - PAS. **20. Benefícios a empregados: a) Plano de Previdência Complementar:** Em julho de 2021, a NAV Brasil tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV, uma entidade de fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como promover seu bem-estar social. A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado ao Plano de Contribuição Variável e à parcela desse Plano estrutura na modalidade de Benefício Definido. Os valores de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representam o valor estimado das reduções. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis. Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos. O INFRAPREV possui quatro planos de previdência: dois de Benefício Definido, um plano associativo Plano Família e um de Contribuição Variável (Plano CV) e o qual detém o maior número de participantes. A NAV Brasil participa apenas no Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável que está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigência
Plano CV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida*	Aberto

* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

Perfil de Participantes dos planos

	31/12/2023			31/12/2022		
Planos	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos *	Assistidos **	Total
Plano CV	1.232	26	1.258	1.244	19	1.263

* Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas.

** Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio-doença. A NAV Brasil contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas na data base de 31 de dezembro de 2023.

Premissas atuariais e econômicas

Hipóteses	CV
Crescimento real dos salários	1,00% a.a.
Indexador do Plano	IPCA
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	9,59% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	5,48% a.a.
Fator de capacidade	98,27%
Regime financeiro	Capitalização
Expectativa de inflação	Conforme projeção do Relatório Focus 29/12/2023, para uma inflação anual projetada pelo IPCA de 3,90% a.a. para dezembro de 2024, o fator de capacidade equivale a 98,27%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M
Tábua de rotatividade (Turnover)	Tabela "JM Turnover 2022"
Composição de famílias de pensionistas	80% de Participantes Ativos são casados na data de aposentadoria, sendo o marido quatro anos mais velho que a esposa. Família real para os Assistidos

Composição Familiar - Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável: • Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários, foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas no "Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2023", disponibilizado pelo INFRAPREV. - Percentual de Casados: 80%. - Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos. • Filho temporário até os 24 anos. - Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo INFRAPREV. Taxa de Desconto Atuarial Real. A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com vencimento em 2060, com *duration* aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da NAV Brasil no plano são as seguintes:

	Duration (anos)	Taxa de desconto
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	14,68	5,48%

As hipóteses foram adotadas em consonância com os estudos de adequação de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, a qual foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento próximo à *duration* do passivo, a qual foi calculada usando-se a metodologia definida na Instrução nº 33, de 23/10/2020, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Valor Justo dos Ativos do Plano

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	31/12/2023 Plano CV	31/12/2022 Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	27.023	37.574
Receita de juros	2.461	3.285
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	(210)	(11.805)
Contribuições do patrocinador	(610)	634
Contribuições dos participantes	610	634
Benefícios pagos pelo plano	(2.343)	(3.299)
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	26.931	27.023

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço

	31/12/2023	31/12/2022
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	26.931	27.203
2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos		
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação	(13.948)	(13.948)
2.2. Nível de cobertura, se (déficit) ou superávit (1.1.+2.1.)	12.983	13.255
3. Status do fundo e (Passivo) /Ativo reconhecido		
Status do Plano de Benefícios		
Valor presente da obrigação atuarial	(13.948)	(13.948)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	–	–
(=) Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(13.948)	(13.948)
Valor justo dos ativos do plano	26.931	27.203
(=) Status do plano de benefícios (déficit/superávit)	12.983	13.255
Efeito do teto do ativo	(12.983)	(13.255)
Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano		
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do período	–	–
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	–	–
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(959)	(270)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	959	270
(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	–	–
Apuração do efeito do teto do limite do ativo		
Valor presente dos benefícios econômicos (teto)*	–	–
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	12.983	13.255

* O cálculo do benefício econômico disponível, de que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC. No Plano CV existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela Companhia. **b) Programa Auxílio Saúde – PAS:** A NAV Brasil oferece o Programa de Auxílio Saúde (PAS) de caráter indenizatório, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2023, e, como tal, limita o valor da obrigação da patrocinadora aos valores mensais, por faixa etária.

i. Premissas atuariais e econômicas

Premissas	Plano de Saúde
Crescimento real dos salários	1,00% a.a.
Indexador do Plano	IPCA
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	9,59% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	5,48% a.a.
Fator de capacidade	98,27%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M
Tábua de rotatividade (Turnover)	Tabela "JM Turnover 2022"
Composição de famílias de pensionistas	80% de Participantes Ativos são casados na data de aposentadoria, sendo o marido quatro anos mais velho que a esposa. Família real para os Assistidos

ii. Análise de Permanência no Plano de Saúde. A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da Companhia. Considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano. iii. Composição familiar. Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da NAV Brasil, com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges têm direito a permanecer no plano após a aposentadoria. A movimentação das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(80.555)	(80.911)
Custo do serviço corrente	(1.428)	(3.033)
Custo de juros	(7.653)	–
Serviço passado - ganhos/(perdas) de alterações/reduções	–	–
Ganhos/(perdas) atuariais	(8.093)	(13.587)
Benefícios pagos	15.746	16.976
Saldo no final do exercício	(81.983)	(80.555)

21. Partes relacionadas: Patrocinado: Conforme nota explicativa 20, o Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. **Remuneração da administração:** As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da NAV Brasil estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R$:

Diretoria	31/12/2023	31/12/2022
Maior Remuneração:	30.924	28.371
Remuneração Média:	27.457	25.199
Menor Remuneração:	23.716	18.914

De acordo com a 2ª Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2023, a remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o período de abril de 2023 a março de 2024 foi fixada em R$ 3.099,67. Assim como na mesma Assembleia Geral Ordinária, a remuneração mensal dos membros do Comitê de Auditoria para o mesmo período foi fixada em R$ 6.199,35. **Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** Conforme nota explicativa 23, a Companhia mantém o montante em 31.12.2023 de R$ 23.833 (R$ 27.348 em 31.12.2022) que se referem a bens recebidos da União (acionista majoritário) em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências e contabilizados em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. **Transações com a Infraero:** A NAV Brasil mantém transações com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, empresa pública sob controle comum (União), referente a prestação de serviços e reembolso de algumas despesas. Essas transações estão previstas na Lei de criação da NAV Brasil (Lei 13.903/2019):"Art. 19. A Infraero poderá prestar apoio técnico e administrativo à NAV Brasil, nos termos estabelecidos em contrato. § 1º A autorização de que trata o caput deste artigo terá validade pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de constituição da NAV Brasil. § 2º A prestação de apoio técnico e administrativo prevista neste artigo será remunerada de modo a suportar exclusivamente os custos envolvidos. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dessas transações foram os seguintes: Ativo R$ 0; Passivo R$ 1.045; e Despesa R$ 28.650. **Transações com o Comando da Aeronáutica:** Conforme nota explicativa 06, o COMAER, por intermédio do DECEA, é responsável pelo faturamento e cobrança dos preços devidos pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea disponibilizados pela NAV Brasil no âmbito do Sisceab e remunerados pelas Tarifas de Navegação Aérea, bem como pelo repasse de tais receitas a esta Companhia, conforme o disposto na Portaria DECEA n° 328/ATAN3, 12/07/2022, publicada no Diário Oficial da União (Seção I) n° 135, de 19/07/2022, que dispõe sobre a sistemática para a cobrança dos preços referentes às Tarifas de Navegação Aérea, tendo em vista o disposto na Lei n° 6.009, de 26/12/1973, que trata, entre outros assuntos, sobre a utilização e a exploração das facilidades à navegação aérea. Conforme nota explicativa 14, a NAV Brasil mantém registrado o montante de R$ 11 relativo à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Companhia sobre imóveis de propriedade da União, que serão repassados ao COMAER. **22. Informações por segmentos operacionais:** A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **23. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

	31/12/2023					30/12/2022
	Taxa de Depreciação	"Adições/ Exclusões"	Baixas	Transferências	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	–	–	–	31.058	31.058
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	–	–	–	43.495	43.495
Custo		–	–	–	74.553	74.553
Depreciações/ Amort. Acumuladas		(3.515)	–	–	(50.720)	(47.205)
Total		**(3.515)**	**–**	**–**	**23.833**	**27.348**

Além dos recursos recebidos da Infraero, apresentados na tabela acima, a NAV Brasil recebeu diretamente do COMAER o direito de uso do edifício onde funciona a sede da Companhia, mediante cessão também ainda não

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B470-E41B-089A-C258.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

formalizada. Em decorrência da ausência de formalização, a NAV Brasil está impossibilitada de estimar a extensão dos direitos e obrigações associados a tais recursos e assim, não é possível mensurar seu valor nem determinar a contrapartida do eventual reconhecimento desses ativos que estão sendo mantidos em contas de compensação. A NAV Brasil realizou o inventário físico desses ativos e concluiu o levantamento em dezembro/2022, em razão da necessidade de concluir os procedimentos de conciliação entre a posição física e a contábil (cotejamento físico contábil) e interações com as áreas responsáveis do COMAER, os ajustes contábeis deverão estar concluídos até o primeiro semestre de 2024. Além disso, a NAV Brasil vem buscando ajustar os termos de formalização apresentados em 2023, junto ao COMAER. Contudo, em função de divergências encontradas ainda não é possível estimar data para concluir esse processo de formalização. Além dos bens móveis e imóveis da União, foram identificados materiais diversos mantidos em almoxarifado no montante de R$ 763. **24. Remuneração aos empregados:** As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas a dezembro de 2023 e de 2022 foram as seguintes, em R$:

Empregados	31/12/2023	31/12/2022
Maior Remuneração:	39.854	37.546
Remuneração Média:	9.722	8.948
Menor Remuneração:	2.808	2.585

A quantidade total de empregados em 31 de dezembro de 2023 é de 1.609. O valor médio global dos benefícios oferecidos aos empregados em 31 de dezembro de 2023 soma R$ 5.033. **25. Impostos diretos, corrente e diferido:** a) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente: O Imposto de Renda e da Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no Lucro Real com alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente R$ 20 mil mês, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC nº 32. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Contribuição Social	31/12/2023
Resultado antes da Provisão para a CSLL	263.017
Adições	419.934
Permanentes	690
Temporárias	419.244
Exclusões	(324.532)
Permanentes	–
Temporárias	(324.532)
Base de Cálculo da Contribuição Social	**358.419**
Contribuição Social Devida (9%)	32.258
(-) Antecipações	33.783
Saldo Negativo CSLL	**(1.525)**

Imposto de Renda	31/12/2023
Resultado depois da Contribuição Social	230.760
Adições	452.191
Permanentes	32.947
Temporárias	419.244
Exclusões	(324.532)
Permanentes	–
Temporárias	(324.532)
Prejuízo/Lucro Real	**358.419**
IRPJ Devido a 15%	53.763
(-) Prorrogação Licença Maternidade	35
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	2.151
Adicional do Imposto de Renda (10%)	35.818
IR retido s/ Aplicação Financeira	2.906
IR Pago - Balancete de Suspensão/Redução	88.656
Saldo Negativo IRPJ	**(4.167)**

Impostos Diferidos	31/12/2023	IRPJ 25%	CSLL (9%)
Devedores Duvidosos - Constituição Societária	356.234	89.059	32.061
Inden. Trabalhistas - Constituição	6.923	1.731	623
Inden. Cíveis - Constituição	87	22	8
Despesas com Perdas Estimadas no Estoque	498	124	45
Despesa De Benefício Pós Emprego - Constituição	959	240	86
Provisão Serv. Prestado Pela Infraero	39.605	9.901	3.564
Provisão Serviços Contratados	1.171	293	105
Provisão da Participação dos Empregados	7.329	1.832	660
Provisão da Participação dos Administradores	85	21	8
Depreciação	764	191	69
Devedores Duvidosos - Reversão Societária	(255.650)	(63.913)	(23.008)
Inden. Trabalhistas - Reversão	(3.496)	(874)	(315)
Despesa de Benefício Pós Emprego - Reversão	(6.665)	(1.666)	(600)
Reversão Serv. Prestado Pela Infraero	(32.329)	(8.082)	(2.910)
Reversão Serviços Contratados	(1.172)	(293)	(105)
Total de Diferidos sobre Dif.Temporárias	114.343	28.586	10.291
Total de Diferidos sobre Variação Patrimonial	62.057	15.514	5.585
Ativo Fiscal Diferido		**44.100**	**15.876**

26. Outras receitas: São receitas relativas aos credenciamentos bancários que se referem ao processamento da folha de pagamento, dentre outras.

	31/12/2023	31/12/2022
Credenciamentos bancários da folha de pagamento	653	899
Desconto de fornecedores	132	–
Outras	414	60
Total	**1.199**	**959**

27. Resultado financeiro:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	**15.101**	**8.130**
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.230	7.746
Atualização monetária	564	–
Multas	1	–
Encargos sobre faturas em atraso	2.306	384
Despesas financeiras	**(5.606)**	**(2.228)**
Atualização monetária	(5.593)	(2.193)
IOF sobre aplicação financeira	(13)	(35)
Resultado financeiro líquido	**9.495**	**5.902**

O valor relacionado ao rendimento sobre aplicações financeiras é reflexo dos montantes aplicados e da taxa de rentabilidade. As despesas com atualização monetária são referentes a encargos financeiros decorrentes da aplicação da taxa SELIC sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio não pagos registrados no exercício de 2021 e 2022 e reconhecidas em conformidade com o Decreto 2.673/98. **28. Eventos Subsequentes: Termos de Cessão de Uso de Bens Móveis e Imóveis:** Em 26/04/2023 devido a PORTARIA DECEA Nº 876/D SAR do Comando da Aeronáutica – COMAER que aprovou a reedição da ICA 11-402, a Companhia recebeu 32 Termos de Cessão de Uso de Bens Móveis e Imóveis no montante total de R$ 68.272 formalizados no período de maio a julho de 2023, vindos do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA I, CINDACTA II e CINDACTA III; instalados na Estação de Apoio ao Controle do Espaço Aéreo – EACEA, cujos termos estão em processo de publicação no Diário Oficial para que surtam seus efeitos legais. Os 26 Termos de Cessão de Uso de Bens Móveis somam R$ 50.288 e correspondem à Containers Shelter com equipamentos para integrar a operação de controle e navegação aérea que estão localizados nos 3 CINDACTAS, conforme abaixo:

Localização	Termos de Cessão de Uso	Valor
CINDACTA I	10	16.585
CINDACTA II	10	22.944
CINDACTA III	6	10.759
TOTAIS	26	50.288

Os 6 Termos de Cessão de Uso de Bens Imóveis somam R$ 17.984 e correspondem a bens cedidos, exclusivamente, para fins de desenvolvimento das atividades inerentes ao objeto social da NAV Brasil, consoante o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei 13.903, de 2019. Esses Termos são relativos a imóveis que estão localizados nos 3 CINDACTAS, conforme abaixo:

Localização	Termos de Cessão de Uso	Valor
CINDACTA I	1	54
CINDACTA II	4	17.620
CINDACTA III	1	310
TOTAIS	6	17.984

Após a publicação dos Termos de Cessão de Uso no D.O.U, os bens móveis e imóveis serão conferidos e recebidos pela NAV Brasil e posteriormente registrados na contabilidade pela Coordenadoria de Patrimônio. A Companhia está elaborando o manual de procedimento contábil para o registro desses bens que não guardam relação com os Recursos da União recebidos em transação não formalizada constantes da Nota 23. Os termos não transferem a propriedade dos bens para a NAV Brasil, são a título gratuito, portanto não oneroso e com prazo indeterminado. Em 07 de fevereiro de 2024, a Companhia recebeu um Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis no valor de R$ 4.631, com equipamentos para integrar a operação de aproximação e pouso de aeronaves no CINDACTA IV, correspondente ao sistema Instrument Landing System – ILS que representa um sistema de aproximação por instrumentos. **Informações complementares sobre Interesse Público:** Em atendimento às exigências de divulgação de dados sobre as atividades que, observados os requisitos do artigo 8º do Estatuto Social da NAV Brasil, estão relacionadas à consecução dos fins de interesse público em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, comunicamos que não foram recebidas obrigações ou responsabilidades dessa ordem durante o exercício de 2023.

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO - Presidente

MARCELO MORAES DE OLIVEIRA - Diretor de Serviços **CARLOS ROBERTO SANTOS** - Diretor de Administração

LUIZ EDUARDO SANTORO
Contador - CRC – RJ-088614/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da, **NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião sem modificação:** Examinamos as demonstrações financeiras da **NAV BRASIL - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e da **NAV BRASIL - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião sem modificação:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".Somos independentes em relação à **NAV BRASIL - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Bens recebidos da união em transação não formalizada:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3.q, nº 10 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado em contas de compensação no ativo e no passivo o montante de R$ 23.833 mil, líquidos da depreciação acumulada (R$ 27.348 mil em 2022) relativos à bens de propriedade da União que são mantidos em suas dependências e se relacionam à prestação de serviços de navegação aérea, que foram vertidos à NAV Brasil em atendimento da Lei nº 13.903/2019 que autorizou a criação da Companhia a partir da Cisão da INFRAERO, mas que ainda não foram objeto de termo de concessão ou cessão entre a União e a Companhia que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição e/ou retirada desses bens. Dessa forma, em razão da inexistência de atos formais do Comando da Aeronáutica no sentido de efetivar a transferência da propriedade desses bens à Companhia e/ou que estabeleça os tratamentos operacionais e contábeis a serem adotados, a Administração da Companhia optou por manter a política de reconhecimento contábil desses ativos em contas de compensação, assim como já era praticado pela INFRAERO, até que se tenha consubstanciada a transação entre a União e a NAV Brasil. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores: O exame do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados par fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós auditadas, que emitimos relatório de auditoria datado de 21 de março de 2023, sem modificação de opinião e com ênfase semelhante àquela apresentada anteriormente neste relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade as estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Compamhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba - PR, 14 de março de 2024.
BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
Desde 1991

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL DA NAV BRASIL: Aos quatorze do mês de março de 2024, o Conselho Fiscal da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação de referência. **- RELATÓRIO:** Foram analisados, discutidos e aprovados o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e as Propostas de Destinação do Resultado, de Distribuição de Dividendos e de Orçamento de Capital, considerando a manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário e o Relatório de Auditores Independentes, esse último emitido pela Bazzaneze Auditores Independentes, sem ressalvas, conforme as normas de auditorias aplicáveis no Brasil. **- APRECIAÇÃO:** CONSIDERANDO o Parecer de Auditoria Independente que concluiu que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia; CONSIDERANDO a manifestação do Comitê de Auditoria de forma FAVORÁVEL à aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, conforme a Ata da 12 ª Reunião Extraordinária do referido Colegiado, do dia 11 de março de 2023; CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Administração pela aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício, e das propostas de Destinação do Resultado, de Distribuição de Dividendos e de Orçamento de Capital, nos termos da a Ata da 13ª Reunião Extraordinária do referido Colegiado, do dia 14 de março de 2023, assistida pelo Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável; e CONSIDERANDO os esclarecimentos realizados pela Diretoria de Administração, em reunião do Conselho Fiscal de 14 de março de 2023. **- CONCLUSÃO: OPINA:** Que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionista da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A a ser realizada em 22 de abril de 2024.

Gilson Alves de Almeida Junior - Presidente
Conselho Fiscal da NAV Brasil
Mauro Roma Cardoso de Barros - Conselheiro
Conselho Fiscal da NAV Brasil
Fabrício Stobienia de Lima - Conselheiro
Conselho Fiscal da NAV Brasil
Ana Lúcia De Jesus Silva - **Secretária Executiva Gabinete**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B470-E41B-089A-C258.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B470-E41B-089A-C258 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B470-E41B-089A-C258

Hash do Documento

E310687C58FC23857A5D3A82F627191E6C422927E4C48E1724FDA349B7626B17

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/03/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 19/03/2024 22:58 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03